UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC
CAMPUS DE VIDEIRA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

SUZANA TESTA MUGNOL

ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS PELO INSS QUANDO DA CONCESSÃO DE
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE REVISÁ-LOS

Videira-SC
2011

SUZANA TESTA MUGNOL

ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS PELO INSS QUANDO DA CONCESSÃO DE
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE REVISÁ-LOS

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Pós-Graduação
em Direito do Trabalho e Previdenciário
da Universidade do Oeste de Santa
Catarina – UNOESC – Campus de
Videira, como requisito parcial à obtenção
do grau de Especialista em Direito do
Trabalho e Previdenciário.

Orientador: Profº. M.Sc. Marcelo Bruno Filipim

Coorientadora: Profª. Célia Terezinha Mantoani

Videira-SC

2011

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Campus de Videira, a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, o Orientador e Coorientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Videira (SC), ___ de _____ de 2011.

Pós-Graduanda

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente e permitir que pela fé se concretizasse mais esta realização.

Ao meu Orientador, Prof^o. M.Sc. Marcelo Bruno Filipim, e a minha Coorientadora, Prof^a. Célia Terezinha Mantoani, pela total disponibilidade, empenho e dedicação com que trataram o presente trabalho e tornaram possível a realização do mesmo.

E, a todos os meus familiares e amigos pela compreensão, auxílio e apoio em todos os momentos que mais precisei e se fizeram presentes. Obrigada!

“Nós sempre temos a tendência de ver as coisas que não existem, e ficar cegos para as grandes lições que estão diante de nossos olhos.” (Paulo Coelho)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema “Os Erros mais comuns cometidos pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários e a Possibilidade de Revisá-los”. Várias são as falhas cometidas pelo INSS quando da concessão de benefícios previdenciários. Dentre essas destaca-se: perda no valor do benefício; demora na concessão do benefício; protocolo não é entregue; erro na contagem do tempo; falta de documentos que comprovem contribuições anteriores a julho de 1994; descondição, por parte do INSS, de fórmulários antigos que comprovem a atividade especial do segurado; descondição, por parte do INSS, da atividade rural do segurado; fator previdenciário aplicado de maneira errada. Os problemas mais comuns referen-se a períodos anteriores a 1994, quando a Previdência Social não contabilizava todas as contribuições. Embora a lei determinasse que a partir de julho de 2004 haveria a inversão do ônus probatório, a burocracia e a demora continuam a existir, não sendo, contudo, os únicos problemas enfrentados pelos segurados do INSS. É aconselhável, ainda, fazer a verificação do cálculo efetuado pelo INSS, uma vez que cada um dos benefícios previdenciários possuem regras peculiares para a sua concessão. Mediante a efetiva constatação de algum erro cria-se ao segurado a possibilidade de solicitar a revisão de seu benefício. De fato, não computar corretamente o tempo ou os salários de contribuição gera a utilização de índices equivocados no cálculo do valor do benefício, podendo trazer graves prejuízos ao segurado, como por exemplo a redução da renda mensal inicial do benefício. A legislação atual diz que a revisão do cálculo pode ser requerida até 10 (dez) anos depois da concessão do benefício. Para obter a revisão o beneficiário pode valer-se do processo administrativo ou do processo judicial. A jurisprudência predominante é de que não há a necessidade de ingressar primeiro com o pedido administrativo para depois pleitear o seu direito judicialmente.

Palavras-chave: Benefícios previdenciários. Revisão. Erros. INSS.

ABSTRACT

This conclusion of course work has the theme "The most common errors committed by Social Security When Granting of Social Security Benefits and the ability to review them." There are several faults committed by Social Security when granting social security benefits. Among these stands out: the loss in value of benefits, delay in the granting of the benefit; protocol is not delivered, error in timing, lack of documents proving contributions prior to July 1994; descondição, by the INSS, Forms former showing the special activity of the insured; disregard on the part of the INSS, the rural activities of the insured; previdenciário factor applied wrongly. The most common problems are for an earlier period to 1994, when Social Security is not accounted for all contributions. Although the law has determined that the patir July 2004 would be a reversal of the evidential burden, bureaucracy and delays continue to exist and is not, however, the only problems faced by the insured by the INSS. It is advisable to also make a scan of the calculation made by the INSS, since each of the pension benefits are unique rules for its effective realization concessão. Mediante any errors it creates the insured the opportunity to request a review of its benefit. In fact, not properly compute the time or wage contribution generates the wrong use of indices to calculate the value of the benefit, which may cause serious damage to the insured, such as reducing the initial monthly income benefit. Current legislation says that the revision of calculation can be requested up to 10 (ten) years after the granting of benefits. For the review, the beneficiary can avail itself of administrative or judicial process. The prevailing case law is that there is no need to enter first with the administrative request for later plead his right in court.

Keywords: Social security benefits. Review. Errors. INSS

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS PELO INSS QUANDO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE REVISÁ-LOS	13
2.1	A SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, ORGEM E HISTÓRICO	13
2.1.1	A Origem da Proteção Social.....	13
2.1.2	Conceito de Seguridade Social.....	16
2.1.3	Evolução da Seguridade Social	17
2.1.3.1	No Estrangeiro	17
2.1.3.2	No Brasil	20
2.1.4	Organização e Princípios Constitucionais da Seguridade Social	27
2.1.4.1	Universalidade da cobertura e atendimento.....	27
2.1.4.2	Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	28
2.1.4.3	Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	28
2.1.4.4	Irredutibilidade dos benefícios	29
2.1.4.5	Eqüidade na forma da participação no custeio	29
2.1.4.6	Diversidade na base de financiamento	31
2.2	PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	31
2.2.1	Concessão da Prestação Previdenciária	31
2.2.1.1	Suspensão do benefício.....	32
2.2.1.2	Cancelemento do benefício	33
2.2.2	Períodos de Carência	34
2.2.3	Cálculo do Valor do Benefício	37
2.2.3.1	Salário de benefício e período básico de cálculo.....	38
2.2.3.2	Fator previdenciário	41
2.2.3.3	Regras de transição para a aplicação do fator previdenciário	43

2.2.3.4	Renda mensal inicial.....	44
2.2.3.5	Valor-limite dos benefícios.....	47
2.2.4	Espécies de Prestações.....	48
2.3	ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS PELO INSS QUANDO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE REVISÁ-LOS.....	50
2.3.1	Erros mais Comuns Cometidos Pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários.....	50
2.3.1.1	Erro no cálculo do benefício.....	50
2.3.1.1.1	Aposentadoria por idade.....	50
2.3.1.1.2	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	53
2.3.1.1.3	Aposentadoria especial.....	54
2.3.1.1.4	Pensão por morte.....	55
2.3.1.2	Demora na concessão da aposentadoria pelo INSS.....	56
2.3.1.3	Prejuízos para o beneficiário quando o protocolo não é entregue.....	56
2.3.1.4	Erro na contagem do tempo.....	57
2.3.1.5	A perda da carteira de trabalho pelo segurado e o tempo de trabalho.....	57
2.3.1.6	Desconsideração pelo INSS do tempo de contribuição de autônomo.....	58
2.3.1.7	Desconsideração do período de atividade especial pelo INSS.....	58
2.3.1.8	Recusa do INSS em considerar formulários antigos que comprovam atividade especial.....	58
2.3.1.9	Desconsideração da atividade rural pelo INSS.....	59
2.3.1.10	Aplicação do fator previdenciário de maneira errada.....	59
2.3.2.11	Transformação de auxílio em aposentadoria.....	61
2.3.2	Possibilidade de Revisar os Erros Cometidos Pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários.....	61
2.3.2.1	Processo administrativo.....	62
2.3.2.1.1	Funcionamento do processo administrativo.....	62
2.3.2.2	Processo judicial.....	63
2.3.2.2.1	Ação previdenciária.....	63
2.3.2.2.2	O Ministério Público na ação previdenciária.....	64
2.3.2.2.3	O INSS e a justiça trabalhista.....	64
2.3.3	Orientações uniformes dos tribunais.....	65

3	CONCLUSÃO	69
----------	------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social é um tema que desperta interesse em todas as pessoas, mesmo porque, mais cedo ou mais tarde o fatalismo das contingências sociais reclamará a sua proteção.

Há por isso mesmo, uma premente necessidade de cada um manter-se informado de tudo o que ocorre na Previdência Social para não se descuidar da vigilância e da defesa de seus próprios direitos.

Trata-se, contudo, de uma área do conhecimento jurídico que ainda se ressentir de estudos doutrinários que venham suprir as dificuldades e as carências de quantos buscam inteirar-se das constantes modificações introduzidas no arcabouço normativo previdenciário.

A lacuna é muito mais presente quando o estudioso necessita de uma incursão nos aspectos mais teóricos do Direito Previdenciário.

No presente trabalho, abordar-se-ão “Os Erros Mais Comuns Cometidos Pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários e a Possibilidade de Revisá-los”.

Muitos motivos impulsionaram o desenvolvimento da presente pesquisa. Entretanto, o mais forte deles foi de que é muito comum ouvir-se de pessoas em qualquer parte do país que a Previdência Social concedeu o seu benefício de forma equivocada, não sabendo indicar com precisão qual o erro cometido pela autarquia. E, também, de ver muitos profissionais do direito com dificuldade de identificar as falhas e indicar soluções aos beneficiários para a solução do problema.

Desta forma, o presente estudo direciona-se a apontar quais são os erros perpetrados pelo INSS quando da concessão de benefícios previdenciários e qual o caminho dos segurados solicitarem a revisão do seu benefício, de modo que, a pesquisa dividir-se-á em três sessões.

Na primeira sessão, o estudo voltar-se-á para a “Seguridade Social: Conceito, Origem e Histórico”, onde resumidamente foi abordado a origem da Proteção Social,

o conceito de Seguridade Social, a evolução histórica e legislativa no mundo e no Brasil e, ainda, os princípios constitucionais que norteiam a Seguridade Social.

Na segunda sessão, a pesquisa direcionar-se-á para as “Prestações da Previdência Social”, ou seja, explanar-se-á os requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários, quando é possível cancelar ou suspender um benefício e qual a principal diferença entre cancelamento e suspensão de um benefício previdenciário.

Ainda, na segunda sessão tratar-se-á dos períodos de carência para a concessão dos benefícios, como que se procede o cálculo do valor dos benefícios e quais são os benefícios e serviços que a Previdência Social dispõe as seus segurados.

E, na terceira sessão, somente, é que adentrar-se-á no tema do presente estudo, destacando “Os Erros mais comuns cometidos pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários e a Possibilidade de Revisá-los”.

Como falhas cometidas pela autarquia previdenciárias, destacar-se-á as de maior relevância, quais sejam: perda no valor do benefício; demora na concessão do benefício; protocolo não é entregue; erro na contagem do tempo; falta de documentos que comprovem contribuições anteriores a julho de 1994; descondição, por parte do INSS, de fórmulários antigos que comprovem a atividade especial do segurado; descondição, por parte do INSS, da atividade rural do segurado; fator previdenciário aplicado de maneira errada.

Já como possibilidades de o beneficiário pleitear a revisão de seu benefício tem-se duas: Administrativamente e judicialmente.

Ao término da última sessão, fora mencionado algumas orientações dos tribunais Regionais Federais, a fim de demonstrar exemplos práticos que já ocorreram e como foram julgados por nossos tribunais.

Convém ressaltar que inicialmente se faz necessário a análise da origem, evolução, conceitos e princípios, bem como, da matéria que diz respeito as prestações previdenciárias para que, somente, depois possa ser apontado quais são efetivamente os erros cometidos pelo INSS quando da concessão dos benefícios previdenciários aos segurados e a possibilidade de revisá-los.

Assim, visando à busca da concretização dos objetivos, ora pretendidos, é imprescindível a coleta de informações precisas, a qual dar-se-á, no presente trabalho, mediante a aplicação de técnica de pesquisa bibliográfica, utilizando-se a doutrina, a legislação pátria, revistas jurídicas, textos da internet, artigos de juristas, técnicos, entre outros.

Seu conteúdo envolve um substancial estudo sobre os direitos sociais que pressupõem seja criada e colocada à disposição dos cidadãos a prestação que constitui seu objeto, já que objetivam a realização da igualdade material, no sentido de garantir a participação do povo na distribuição pública de bens materiais e imateriais.

Frequentemente os obstáculos são agudizados pela natureza da relação jurídica de Previdência Social, incrustada entre as normas públicas, em que significativa é a vontade do legislador e menor a do titular da faculdade, sua vizinhança com o interesse público, e considerar que o bem almejado é alcançado após atos sucessivos no curso do tempo, e cuja fruição realiza-se de igual forma, mediante prestações contínuas de dar.

A cobertura previdenciária, através de prestações de natureza social, dinamicamente valorizadas com a intrincada legislação securitária, num quadro econômico e social que exige transformações súbitas, nem sempre corretas ou oportunas, na tentativa de adequação da lei aos fatos reais e praticamente sem doutrina específica, evoluiu encontrando seu hábitat no Direito Previdenciário, notadamente ao tratar das perdas econômicas no valor dos benefícios concedidos e mantidos na Previdência Social.

2 ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS PELO INSS QUANDO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE REVISÁ-LOS

2.1 A SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, ORGEM E HISTÓRICO

2.1.1 A Origem da Proteção Social

Desde os tempos remotos, o homem tem se adaptado, no sentido de reduzir os efeitos das adversidades da vida, como a fome, doença, velhice, entre outras. (IBRAHIM, 2010, p. 1)

Pode-se afirmar que a proteção social nasceu, na família, uma vez que esta tem a proteção como algo instintivo. A concepção da família já foi muito mais forte do que nos dias de hoje e, no passado, as pessoas viviam em largos aglomerados familiares. O cuidado aos idosos e incapacitados era incumbência dos mais jovens e aptos ao trabalho. (IBRAHIM, 2010, p. 1)

Contudo, nem todas as pessoas eram dotadas de tal proteção familiar e, mesmo quando esta existia, era frequentemente precária. Daí a necessidade de auxílio externo de terceiros voluntários, muito incentivada pela Igreja, ainda que tardiamente. O Estado só viria a assumir alguma ação mais concreta no Século XVII, com a edição da famosa Lei dos Pobres. (IBRAHIM, 2010, p. 1)

Até então, a ajuda a pobres e necessitados aparece como algo desvinculado da idéia de justiça, reproduzindo mera caridade. Na verdade, a pobreza era apresentada como algo necessário, ou mesmo um benefício para as pessoas carentes, pois seria a efetiva garantia de admissão no Reino de Deus, haja vista a situação de extrema carência e desapego a bens materiais. Ademais, a indigência era apresentada como forma de punição divina, cabendo ao pobre arcar com todas as seqüelas de sua condição, pois teria sido uma realidade gerada por sua própria culpa. (VIANNA, 2010, p. 4)

Infelizmente, a desagregação familiar aviltou e ainda debilita a mais antiga forma de proteção social. Por isso, sistemas protetivos de outra ordem foram adotados pela

sociedade, ainda que de modo não claramente perceptível, como o voluntariado de terceiros, o qual acabou por assumir um papel fundamental na defesa da existência digna da pessoa humana. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 36)

Por isso a criação dos primeiros seguros marítimos é frequentemente citada no estudo da evolução da proteção social. Muito embora seu escopo tenha sido muito mais voltado à proteção da carga do que das pessoas envolvidas, além da natureza meramente contratual, era a idéia do seguro que se aprimorava. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 37)

Já no Império Romano encontra-se indícios de seguros coletivos, visando à garantia de seus participantes, além da preocupação com os necessitados, como a licença estatal para a mendicância, que só era concedida aos impossibilitados de trabalhar. Tal controle estatal não trazia, de modo algum, intervenção direta do Estado, mas mera ação fiscalizadora no interesse geral da sociedade. (IBRAHIM, 2010, p. 2 e 3)

Com o tempo, nota-se a assunção, por parte do Estado, de alguma parcela de responsabilidade pela assistência dos desprovidos de renda até, finalmente, a criação de um sistema feudal securitário, coletivo e compulsório. (IBRAHIM, 2010, p. 3)

Esta rede de segurança estatal tem evoluído, à medida que o próprio conceito de Estado muda. Já se foi o tempo de prevalência de conceitos liberais do Estado, dotado de intervenção mínima em áreas fundamentais, como organização judiciária e segurança. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 37)

O Estado liberal tratava o governo como um mal necessário, devendo-se, por isso, restringir-se ao mínimo necessário. As pessoas seriam livres; o sucesso e o bem-estar social familiar dependeriam da dedicação e do mérito individuais. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 37)

Contudo, devido às desigualdades existentes, os mais carentes nunca teriam chances de atingir patamar superior de renda, sendo massacrados pela tão propalada igualdade de direitos. (VIANNA, 2010, p. 5)

Como usualmente reconhecido, o surgimento da proteção social foi fortemente propiciado pela sociedade industrial, na qual a classe trabalhadora era dizimada

pelos acidentes de trabalho, a vulnerabilidade de mão de obra infantil, o alcoolismo etc. Há uma insegurança econômica excepcional pelo fato de a renda destes trabalhadores ser exclusivamente obtida pelos seus salários. Ademais, a lei da oferta e da procura mostra-se, neste estágio, perversa, haja vista a enorme afluência de pessoas da área rural para as cidades. (BALERA, 2008, p. 27)

Daí a importância da participação estatal, propiciando uma correção ou, ao menos, minimização das desigualdades sociais. Além disso, o Estado, não pode aceitar a desgraça alheia como resultado de sua falta de cuidado com o futuro, devem ser estabelecidos mecanismos de segurança social. (BALERA, 2008, p. 27)

Com a adoção de conceitos mais intervencionistas, o Estado mínimo foi trocado pelo Estado de *tamanho certo*, ou seja, aquele que atenda a outras demandas da sociedade, além das elementares, em especial na área social, propiciando uma igualdade de oportunidades, mas sem o gigantismo de um Estado comunista. (IBRAHIM, 2010, p. 4)

Esses conceitos sociais democratas foram responsáveis pela construção do *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social, que visa justamente a atender outras demandas da sociedade, como a previdência social. (IBRAHIM, 2010, p. 4)

As ações estatais modernas não se limitam ao campo previdenciário, mas, ao contrário, também tendem a propiciar ações em outros segmentos, como a saúde e o atendimento as pessoas carentes. É a seguridade social, grau máximo de proteção social. (VIANNA, 2010, p. 5)

O Brasil tem seguido esta mesma lógica, sendo que a Constituição de 1988 previu um Estado do Bem-Estar Social em nosso território. Por isso, a proteção social brasileira é, prioritariamente, obrigação do Estado, o qual impõe contribuições obrigatórias a todos os trabalhadores. Hoje, no Brasil, entende-se por seguridade social o conjunto de ações do Estado, no sentido de atender às necessidades básicas de seu povo nas áreas da Previdência Social, Assistência Social e Saúde. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 37)

Contudo, já podemos concluir que a seguridade social, aliada às ações de natureza voluntária de sociedade, compõe o mecanismo mais completo na realização da proteção social, na Brasil e no mundo. (IBRAHIM, 2010, p. 4)

Sem embargo, não é desconhecido que o tema aqui superficialmente desenvolvido apresenta embaraços. O adequado dimensionamento do *tamanho certo* do Estado até hoje levanta discussões das mais acirradas, não havendo consenso sobre o tema. (IBRAHIM, 2010, p. 4)

Sabe-se que o Estado do Bem-Estar Social surgiu muito mais como um contraponto necessário ao crescimento do comunismo, do que propriamente pela conscientização dos dirigentes mundiais pela importância da proteção social. A farta oferta de benefícios foi feita, frequentemente, de modo irresponsável e visando unicamente rivalizar com o Leste Europeu. (VIANNA, 2010, p. 5)

È certo que neste embate dialético entre estruturas e finalidades do Estado tenha havido algum exagero, de modo que países que antes tinham ampla gama de ações sociais têm reduzido tais obras de modo generalizado, não só pelo fim da ameaça da ditadura do proletariado, mas também pela insuficiência generalizada de recursos, agravada pelo envelhecimento mundial e pelas baixas taxas de natalidade. Daí centrar-se o debate político atual no adequado dimensionamento do Estado moderno, na sua extensão necessária e adequada ao bem comum. Teríamos então a formação do Estado Pós-Social. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 37)

De qualquer forma, a previdência social, em conjunto com a saúde e assistência social, são classificadas como direitos sociais pela Constituição, sendo usualmente enquadrados como direitos fundamentais de segunda geração ou dimensão, devido à natureza coletiva dos mesmos, e certamente serão mantidos em qualquer concepção a ser construída, o que não impede, naturalmente, o dimensionamento mais restrito em razão da escassez de recursos. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 37)

2.1.2 Conceito de Seguridade Social

Quando os Constituintes insculpiram no Texto Constitucional o capítulo da Seguridade Social (arts. 194 a 204) dentro das disposições da Ordem Social,

visavam a ampliação e democratização do acesso da população à saúde, à previdência social e à assistência social. (IBRAHIM, 2010, p. 5)

Nesse tripé, cuja implementação deveria envolver iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, os Constituintes depositaram suas esperanças de maior justiça social, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. O postulado fundamental da solidariedade social (art. 3º, I, da CF/88) transparece como baliza para o sistema de seguridade social, rompendo definitivamente com a lógica econômica do seguro privado, ou seja, a rígida correlação entre prêmio e benefício. (IBRAHIM, 2010, p. 5)

Podemos definir a Seguridade Social, através do conceito de Sérgio Pinto Martins (2003, p. 43):

É um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A seguridade social é um direito social garantido no art. 6º da Carta Magna de 1988.

A competência para legislar sobre a seguridade social é privativa da União, conforme preceitua o art. 22, XXIII, da Constituição de 1988.

2.1.3 Evolução da Seguridade Social

Urge a necessidade de conhecermos a evolução histórica da seguridade social no decorrer do tempo. Procuraremos ilustrar de forma bem sucinta a sua gênese e desenvolvimento, tanto no direito estrangeiro como no pátrio.

2.1.3.1 No Estrangeiro

As primeiras manifestações do homem em relação à proteção social remontam na Grécia e Roma antigas. Estas se caracterizavam através de instituições de cunho mutualista que tinham o objetivo de prestar assistência aos seus membros, mediante contribuição, de modo a ajudar os mais necessitados. A família romana, por meio do *pater familias*, tinha a obrigação de prestar assistência aos servos e clientes. (IBRAHIM, 2010, p. 49)

No período da Idade Média, algumas corporações profissionais criaram seguros sociais para seus membros. (IBRAHIM, 2010, p. 49)

Em 1601, na Inglaterra, foi editada a Lei dos Pobres (*Poor Law Act*), marco da criação da assistência social, que regulamentou a instituição de auxílios e socorros públicos aos necessitados. (VIANNA, 2010, p. 6)

Com fundamento nesta lei, o necessitado tinha o direito de ser auxiliado pela paróquia. Os juízes da Comarca tinham o poder de lançar imposto de caridade, que seria pago por todos os ocupantes e usuários de terras, e nomear inspetores em cada uma das paróquias, visando receber e aplicar o montante arrecadado. (VIANNA, 2010, p. 6)

Na Alemanha, Otto Von Bismark instituiu uma série de seguros sociais destinados aos trabalhadores. Em 1883, foi criado o seguro-doença obrigatório para os trabalhadores da indústria, custeado por contribuições dos empregados, empregadores e do Estado. Em 1884, criou-se o seguro de acidente de trabalho com o custeio a cargo dos empregadores. Já em 1889, foi instituído o seguro de invalidez e velhice, custeado pelos trabalhadores, empregadores e Estado. (IBRAHIM, 2010, p. 50)

Insta registrar que as leis instituídas por Bismark, que criaram os seguros sociais, foram pioneiras para a criação da previdência social no mundo. Tinham o objetivo de evitar as tensões sociais existentes entre os trabalhadores, através de movimentos socialistas fortalecidos com a crise industrial. (IBRAHIM, 2010, p. 50)

A Igreja, por seu turno, também teve uma participação nesse processo, preocupando-se com o trabalhador diante das contingências futuras. Nos pronunciamentos dos pontífices da época, verificamos especialmente na *Encíclica Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891), a idéia de criação de um sistema de pecúlio ao trabalhador, custeado com parte do salário do mesmo, visando protegê-lo dos riscos sociais. (IBRAHIM, 2010, p. 50)

Em 1897, na Inglaterra, através do *Workmen's Compensation Act*, criou-se o seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, sendo o empregador responsável pelo sinistro, independentemente de culpa, consolidando o princípio da responsabilidade

objetiva da empresa. Em 1907, foi instituído o sistema de assistência à velhice e acidentes de trabalho. Em 1908, criou-se o *Old Age Pensions Act*, com o objetivo de conceder pensões aos maiores de 70 anos, independentemente de contribuição. Em 1911, através do *National Insurance Act*, estabeleceu-se um sistema compulsório de contribuições sociais, que ficavam a cargo do empregador, empregados e do Estado. (IBRAHIM, 2010, p. 50)

Como se observa, a criação da seguridade social, com destaque à previdência social, foi fruto das transformações ocorridas no mundo, em especial com a revolução industrial. (CASTRO; LAZZARI, 2010 p. 40)

Posteriormente, passamos a uma nova fase, denominada de constitucionalismo social, em que as Constituições dos países começam a tratar dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. (CASTRO; LAZZARI, 2010 p. 40)

A primeira Constituição a incluir a previdência social no seu bojo foi a do México, de 1917 (art. 123). Em seguida, tivemos a alemã de *Weimar*, de 1919 (art. 163), que determinou ao Estado o dever de prover a subsistência do cidadão alemão, caso não possa proporcionar-lhe a oportunidade de ganhar a vida com um trabalho produtivo. (VIANNA, 2010, p. 7)

Nos Estados Unidos, Franklin Roosevelt instituiu o *New Deal*, através da doutrina do Estado do bem-estar social (*Welfare State*), visando resolver a crise econômica que assolava o país desde 1929. Objetivava a luta contra a miséria e a defesa dos mais necessitados, em especial os idosos e desempregados. Em 1935, foi instituído o *Social Security Act*, destinado a ajudar os idosos e a estimular o consumo, bem como o auxílio-desemprego aos trabalhadores desempregados. (VIANNA, 2010, p. 7)

Na Inglaterra, o *Plano Beveridge* (1941), reformado em 1946, elaborado pelo Lord Beveridge, tinha como objetivo constituir um sistema de seguro social que garantisse ao indivíduo proteção diante de certas contingências sociais, tais como a indigência ou incapacidade laborativa. A segurança social deveria ser prestada do berço ao túmulo (*Social security from the cradle to the grave*). (CASTRO; LAZZARI, 2010, p. 42)

O Plano Beveridge tinha como características: a) unificar os seguros sociais existentes; b) estabelecer a universalidade de proteção social para todos os cidadãos; c) igualdade de proteção social; d) tríplice forma de custeio, com predominância de custeio estatal. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 43)

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, prescrevia, entre outros direitos fundamentais da pessoa humana, a proteção previdenciária. O art. 85 do citado diploma determinava que:

todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar social, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança no caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, em sua convenção nº 102, aprovada em Genebra em 1952, traduzia os anseios e propósitos no campo da proteção social, comuns às populações dos numerosos países que a integram. Dispõe o citado diploma:

Seguridade Social é a proteção que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma, derivam do desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice, e também a proteção em forma de assistência médica e ajuda às famílias com filhos.

Cabe ainda ressaltar os pactos realizados entre os países na defesa da seguridade social, entre os quais, destacamos: Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Protocolo de São Salvador (1988), Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica – 1969). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 43)

2.1.3.2 No Brasil

Em nosso país, a preocupação com a proteção social do indivíduo nasceu com a necessidade de implantação de instituições de seguro social, de cunho mutualista e particular. Tivemos a criação das santas casas de misericórdia, como a de Santos (1543), montepios, como o da Guarda Pessoal de D. João VI (1808) e sociedades beneficentes. (IBRAHIM, 2010, p. 58)

A nossa primeira Constituição, de 1824, tratou da seguridade social no seu art. 179, onde abordou a importância da constituição dos socorros públicos. O ato adicional de 1834, em seu art. 10 delegava competência às Assembléias Legislativas para legislar sobre as casas de socorros públicos. A referida matéria foi regulada pela Lei nº 16, de 12/08/1834. (IBRAHIM, 2010, p. 58)

Em 1835, foi criada a primeira entidade privada em nosso país, o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral). Caracterizava-se por ser um sistema mutualista, no qual os associados contribuía para um fundo que garantiria a cobertura de certos riscos, mediante a repartição dos encargos com todo o grupo.

O Código Comercial de 1850 dispôs em seu art. 79 que os empregadores deveriam manter o pagamento dos salários dos empregados por no máximo 03 meses, no caso de acidentes imprevistos e inculcados. (IBRAHIM, 2010, p. 59)

Mais tarde, o Decreto nº 2.711, de 1860, regulamentou o financiamento de montepios e sociedades de socorros mútuos. (IBRAHIM, 2010, p. 59)

A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão "aposentadoria". Preceituava no seu art. 75 que os funcionários públicos, no caso de invalidez, teriam direito à aposentadoria, independentemente de nenhuma contribuição para o sistema de seguro social. (VIANNA, 2010, p. 12)

Em 1919, o Decreto Legislativo nº 3.724, instituiu o seguro obrigatório de acidente de trabalho, bem como uma indenização a ser paga pelos empregadores. (VIANNA, 2010, p. 12)

A Lei Eloy Chaves, Decreto Legislativo nº 4.682, de 24/01/1923, foi a primeira norma a instituir no país a previdência social, com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os ferroviários. É considerado o marco da previdência social no país. A referida lei estabeleceu que cada uma das empresas de estrada de ferro deveria ter uma caixa de aposentadoria e pensão para os seus empregados. A primeira foi a dos empregados da Great Western do Brasil. (VIANNA, 2010, p. 12)

A década de 20 caracterizou-se pela criação das citadas caixas, vinculadas às empresas e de natureza privada. Eram assegurados os benefícios de aposentadoria

e pensão por morte e assistência médica. O custeio era a cargo das empresas e dos trabalhadores. (IBRAHIM, 2010, p. 59)

Ainda em 1923, foi publicado o Decreto nº 16.037, o qual criou o Conselho Nacional do Trabalho, com atribuições, inclusive, de decidir sobre questões relativas a previdência social, implicando uma aproximação entre Direito do Trabalho e Direito Previdenciário que somente foi rompida com a Constituição Federal de 1988 – somente em 1992 o Ministério da Previdência Social foi definitivamente apartado do Ministério do Trabalho. (VIANNA, 2010, p. 12)

O Decreto Legislativo nº 5.109, de 20/12/1926, estendia os benefícios da Lei Eloy Chaves aos empregados portuários e marítimos. Posteriormente, em 1928, através da Lei nº 5.485, de 30/06/1928, os empregados das empresas de serviços telegráficos e radiotelegráficos passaram a ter direito aos mesmos benefícios. (VIANNA, 2010, p. 12)

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha a tarefa de administrar a previdência social. (VIANNA, 2010, p. 12)

A década de 30 caracterizou-se pela unificação das Caixas de Aposentadoria e Pensão em Institutos Públicos de Aposentadoria e Pensão (IAP). O sistema previdenciário deixou de ser estruturado por empresa, passando a ser por categorias profissionais de âmbito nacional. Os IAP's utilizaram o mesmo modelo da Itália, sendo cada categoria responsável por um fundo. A contribuição para o fundo era custeada pelo empregado, empregador e pelo governo. A contribuição dos empregadores incidia sobre a folha de pagamento. O Estado financiava o sistema através de uma taxa cobrada dos produtos importados. Os empregados eram descontados em seus salários. A administração do fundo era exercida por um representante dos empregados, um dos empregadores e um do governo. Além dos benefícios de aposentadorias e pensões, o instituto prestava serviços de saúde. (CASTRO;LAZARRI, 2010, p. 70)

Assim, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM) em 1933, dos Comerciais (IAPC) em 1934, dos Bancários (IAPB) em 1934, dos Industriários (IAPI) em 1936, dos empregados de Transporte e Carga (IAPETEC) em 1938. No serviço público, foi criado em 1938 um fundo previdenciário para os

servidores públicos federais chamado de IPASE – Instituto de Pensão e Assistência dos Servidores do Estado. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 70)

A Carta Magna de 1934 disciplinou a forma de custeio dos institutos, no caso tríplice (ente público, empregado e empregador), conforme preconizava o art. 121, § 1º, "h". Mencionava a competência do Poder Legislativo para instituir normas de aposentadoria (art. 39, VIII, item d) e proteção social ao trabalhador e à gestante (art. 121). Tratava também da aposentadoria compulsória dos funcionários públicos (art. 170, § 3º), bem como a aposentadoria por invalidez dos mesmos (art. 170, § 6º). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 70)

A Constituição de 1937, outorgada no Estado Novo, não inovou em relação às anteriores. Apenas empregou a expressão "seguro social" ao invés de previdência social em seu texto. (VIANNA, 2010, p. 12)

Em contrapartida, a Constituição de 1946 aboliu a expressão "seguro social", dando ênfase pela primeira vez na Carta da República à expressão "previdência social", e consagrando-a em seu art. 157. O inciso XVI do citado artigo mencionava que a previdência social custeada através da contribuição da União, do empregador e do empregado deveria garantir a maternidade, bem como os riscos sociais, tais como: a doença, a velhice, a invalidez e a morte. Já no inciso XVII tratava da obrigatoriedade da instituição do seguro de acidente de trabalho por conta do empregador. (VIANNA, 2010, p. 13)

No início dos anos 50, quase toda população urbana assalariada estava coberta por um sistema de previdência, com exceção dos trabalhadores domésticos e autônomos. A uniformização da legislação sobre a previdência social ocorreu com o advento do Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, aprovado pelo Decreto nº 35.448, de 01/05/1954. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 71)

Em 1960, foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Foi editada a Lei nº 3.807, de 26/08/1960, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), cujo projeto tramitou desde 1947, foi considerada uma das normas previdenciária mais importantes da época. Caracterizou-se pela fase da uniformização da previdência social. A citada lei unificou os critérios de concessão dos benefícios dos diversos institutos existentes na época, ampliando os benefícios, tais como: auxílio-

natalidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e assistência social. (VIANNA, 2010, p. 13)

A Lei nº 4.214, de 02/03/1963, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), no âmbito do estatuto do trabalhador rural. (IBRAHIM, 2010, p. 64)

A Emenda Constitucional nº 11, de 31/03/65, estabeleceu o princípio da precedência da fonte de custeio e relação à criação ou majoração de benefícios. (IBRAHIM, 2010, p. 64)

O Decreto-Lei nº 72, de 21/11/1966, unificou os institutos de aposentadoria e pensão, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), hoje INSS. Com isso, o governo centralizou a organização previdenciária em seu poder. (IBRAHIM, 2010, p. 64)

A Constituição de 1967 não inovou muito em relação à Carta anterior. O art. 158 manteve quase as mesmas disposições do art. 157 da Lei Magna de 1946. O § 2º do art. 158 da Constituição de 1967 preceituava que a contribuição da União no custeio da previdência social seria atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto da arrecadação das contribuições previdenciárias, previstas em lei. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 71)

O sistema de seguro de acidente de trabalho integrou-se ao sistema previdenciário com a Lei nº 5.316, de 14/09/1967. Foram criados adicionais obrigatórios de 0,4% a 0,8% incidentes sobre a folha de salários, objetivando o custeio das prestações de acidente de trabalho. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 71)

Os Decretos-Leis nºs 564 e 704, de 01/05/1969 e 24/07/1969, respectivamente, estenderam a previdência social ao trabalhador rural. (VIANNA, 2010, p. 13)

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, não apresentou mudanças significativas em relação às Constituições de 1946 e 1967. (VIANNA, 2010, p. 13)

A Lei Complementar nº 11, de 25/05/1971, instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-Rural). A partir desse momento os trabalhadores rurais passaram a ser segurados da previdência social. Não havia contribuição por parte

do trabalhador, este tinha direito à aposentadoria por velhice, invalidez, pensão e auxílio-funeral. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 72)

A Lei nº 5.859, de 11/12/1972, incluiu os empregados domésticos como segurados obrigatórios da previdência social. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 72)

A Lei nº 6.367, de 19/10/1976, regulou o seguro de acidente de trabalho na área urbana, revogando a Lei nº 5.316/67. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 72)

Em 01/07/1977, através da Lei nº 6.439, foi criado o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), destinado a integrar as atividades de previdência social, da assistência social, da assistência médica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial das entidades vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social. O SINPAS tinha a seguinte composição:

- a) o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) cuidava da concessão e manutenção das prestações pecuniárias;
- b) o Instituto Nacional de Assistência Médica de Previdência Social (INAMPS) tratava da assistência médica;
- c) a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) prestava assistência social à população carente;
- d) a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) promovia a execução da política do bem-estar social do menor;
- e) a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) era responsável pelo processamento de dados da Previdência Social;
- f) o Instituto da Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) era responsável pela arrecadação, fiscalização, cobrança das contribuições e outros recursos e administração financeira;
- g) a Central de Medicamentos (CEME) era responsável pela distribuição dos medicamentos. (IBRAHIM, 2010, p. 65 e 66)

A Lei nº 6.345/77 regulou a possibilidade de criação de instituições de previdência complementar, matéria regulamentada pelos Decretos nºs 81.240/78 e 81.402/78, quanto às entidades de caráter fechado e aberto, respectivamente. (IBRAHIM, 2010, p. 66)

Em 1984, o decreto nº 89.312 aprovou a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), que reuniu toda a legislação de custeio e benefício em um único documento. (IBRAHIM, 2010, p. 66)

Com a Constituição de 1988, houve uma estruturação completa da previdência social, saúde e assistência social, unificando esses conceitos sob a moderna definição de "seguridade social" (arts. 194 a 204). Assim, o SINPAS foi extinto. A Lei 8.029, de 12/04/1990, criou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (fusão do INPS e IAPAS), vinculado ao então Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 99.350, de 27/06/90. O Decreto nº 99.060, de 07/03/1990 vinculou o INAMPS ao Ministério da Saúde. Posteriormente, a Lei 8.689, de 27/07/1993, extinguiu o INAMPS. Houve, também, a extinção da LBA e FUNABEM em 1995 e da CEME em 1997. (VIANA, 2010, p. 14)

A seguridade social foi organizada, através da edição da Lei nº 8.080, de 19/09/1990 que cuidou da Saúde. Depois, pelas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/1991, que criaram, respectivamente, o Plano de Organização e Custeio da Seguridade Social e o Plano de Benefícios da Previdência Social. E por último, pela Lei nº 8.742, de 07/12/1993, que tratou da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. (VIANA, 2010, p. 14)

A Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, denominada de Reforma da Previdência, introduziu profundas alterações no sistema previdenciário, dentre elas destacam-se: modificação dos critérios de aposentadoria, tanto do servidor público, como o trabalhador da iniciativa privada; vinculação da receita das contribuições previdenciárias ao pagamento dos benefícios, previdência complementar, mudança da aposentadoria por tempo de serviço para tempo de contribuição etc. (VIANA, 2010, p. 14)

A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, alterou a Constituição, assegurando os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. (IBRAHIM, 2010, p. 66)

Recentemente, tivemos uma nova reforma da previdência social, a Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003, que alterou principalmente as regras do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, com o fim da paridade e integralidade para os futuros servidores, a contribuição dos inativos, redutor da pensão, base de cálculo da aposentadoria com base da média contributiva, abono permanência, criação de tetos e sub-tetos, etc. Em seguida, tivemos a Emenda

Constitucional nº 47/2005, denominada PEC Paralela que procurou reduzir os prejuízos causados aos servidores públicos pela Emenda nº 41/2003. (IBRAHIM, 2010, p. 66)

Em 207, a Lei nº 11.457 criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão do Ministério da Fazenda, decorrente da fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária. (VIANA, 2010, p. 15)

2.1.4 Organização e Princípios Constitucionais da Seguridade Social

O Direito Previdenciário possui princípios próprios os quais norteiam a aplicação e a interpretação das regras constitucionais e legais relativas ao sistema protetivo. Alguns princípios são exclusivos da seguridade social, o que revela sua autonomia didática, enquanto outros são genéricos, aplicáveis a todos os ramos do direito. (IBRAHIM, 2010, p. 67)

Entre os princípios gerais, merecem destaque no âmbito da seguridade social os da igualdade, da legalidade e do direito adquirido. (IBRAHIM, 2010, p. 67)

Os princípios particulares da seguridade social serão espalhados pela Constituição e leis securitárias. Dentre os mais importantes, tem-se os abordados pela Constituição Federal de 1988, no parágrafo único, do art. 194, que, apesar de serem denominados objetivos, são verdadeiros princípios, descrevendo as normas elementares da seguridade, as quais direcionam toda a atividade legislativa e interpretativa da seguridade social. (IBRAHIM, 2010, p. 70)

Entre os princípios específicos temos:

2.1.4.1 Universalidade da cobertura e atendimento

Por universalidade da cobertura entende-se que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 114)

A universalidade do atendimento significa a entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de

previdência social como no caso da saúde e da assistência social. (VIANNA, 2010, p. 15)

Conjuga-se a este princípio aquele que estabelece a filiação compulsória e automática de todo e qualquer indivíduo trabalhador no território nacional a um regime de previdência social, mesmo que “contra a sua vontade”, e independente de ter ou não vertido contribuições; a falta de recolhimento das contribuições não caracteriza ausência de filiação, mas inadimplência tributária, é dizer, diante do ideal de universalidade não merece prevalecer a interpretação de que, ausente a contribuição, não há vinculação com a Previdência. A filiação decorre do exercício de atividade remunerada e não do pagamento de contribuição. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 114)

2.1.4.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais

Antes da edição das Leis nº 821/91 e 8213/91, o Brasil possuía distintos regimes de previdência voltados aos trabalhadores do setor privado, sendo um destinado aos trabalhadores rurais, com menor proteção social, e outro destinado aos trabalhadores urbanos. (VIANNA, 2010, p. 16)

Buscando acabar com a desigualdade de tratamento, o legislador constitucional determinou a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços, sem, entretanto, determinar a unificação de regimes. Ao legislador ordinário, contudo, pareceu melhor unificar os regimes num só. Desta forma, tanto a população urbana como a rural gozam dos mesmos benefícios e serviços num único regime sem qualquer distinção. (VIANNA, 2010, p. 16)

2.1.4.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços

O princípio da seletividade pressupõe que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessita. Razão pela qual a Seguridade Social deve apontar os requisitos para a concessão de benefícios e serviços. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 114 e 115)

Vale dizer, para um trabalhador que não possua dependentes, o benefício salário-família não será concedido; para aquele que se encontre incapaz temporariamente para o trabalho, por motivo de doença, não será concedida a aposentadoria por invalidez, mas o auxílio-doença. Não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 115)

Por distributividade, entende-se o caráter do regime por repartição, típico do sistema brasileiro, embora o princípio seja de seguridade, e não de previdência. (VIANNA, 2010, p. 17)

O princípio da distributividade, inserido na ordem social, é de ser interpretado em seu sentido de distribuição de renda e bem-estar sócia, ou seja, pela concessão de benefícios e serviços visa-se o bem estar e à justiça social (art. 193 da Carta Magna). Ao se conceder, por exemplo, o benefício assistencial de renda mensal vitalícia ao idoso ou ao deficiente sem meios de subsistência, distribui-se renda; ao prestar os serviços básicos de saúde pública, distribui-se bem-estar social etc. (IBRAHIM, 2010, p. 73)

O segurado, ao contribuir, não tem certeza se perceberá em retorno a totalidade do que contribuiu, porque os recursos vão todos para o caixa único do sistema, ao contrário dos sistemas de capitalização, em que cada contribuinte teria uma conta individualizada (como ocorre com o FGTS). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 115)

2.1.4.4 Irredutibilidade dos benefícios

Os benefícios da previdência social devem ter o seu valor real preservado. Assim, o constituinte assegurou a irredutibilidade dos benefícios da seguridade social. A forma de correção dos benefícios deve ser feita de acordo com o disposto em lei, com fulcro no § 4º do art. 201 da Carta Constitucional. (VIANNA, 2010, p. 17)

2.1.4.5 Equidade na forma da participação no custeio

Equidade no custeio significa dizer que cada contribuinte deve participar na medida de suas possibilidades. Assim, quem pode mais, contribui com mais; quem pode menos, contribui com menos. É um desdobramento do princípio geral da igualdade

na seguridade social. Aqui a igualdade tem cores próprias, em face do princípio da solidariedade contributiva e da conseqüente redistribuição de renda. (IBRAHIM, 2010, p. 74)

Note-se que em todo o sistema onde há redistribuição de renda o princípio da igualdade não pode ser absoluto, pois necessariamente um *quantum* da contribuição dos mais afortunados será redistribuído para os ais necessitados; por essa razão, na seguridade social jamais haverá equivalência absoluta entre o que se contribui e a proteção oferecida pelo sistema. (IBRAHIM, 2010, p. 74)

Esse raciocínio é corroborado pelo art. 201, § 11, da Constituição Federal, segundo o qual “os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei”. Ou seja, essa repercussão não é absoluta, na medida em que a Constituição expressamente autoriza sua regulamentação pela lei. (IBRAHIM, 2010, p. 74)

Pela mesma razão o artigo 149 da Constituição Federal excluiu do trato das contribuições a limitação constitucional da igualdade tributária, arrolada no artigo 150, II, segundo a qual:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I- [...];

II- instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Essa limitação constitucional é incompatível com o princípio da solidariedade contributiva e aquele aqui tratado. (VIANNA, 2010, p. 18)

A Lei nº 8.212/91 explicita o princípio da equidade no custeio ao definir alíquotas diferenciadas para o contribuinte empregado, empregado doméstico e avulso, na medida de seus salários de contribuição – artigo 20. (VIANNA, 2010, p. 18)

A emenda constitucional nº 20/98 também deu impulso a esse princípio ao incluir o § 9º no artigo 195, determinando que as contribuições sociais a cargo do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de

cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra, critérios de diferenciação que foram ampliados com a Emenda Constitucional nº 47/05, para inclusão, entre estes, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 115)

2.1.4.6 Diversidade na base de financiamento

As fontes de financiamento devem ser diversificadas a fim de garantir a manutenção do sistema de seguridade social. Além das fontes previstas nos incisos I a IV do art. 195 da Carta Magna, nada impede que se instituem outras fontes de custeio, desde que por lei complementar, não tendo fato gerador ou base de cálculo de imposto previsto na Constituição, nem sendo cumulativo, conforme art. 195, § 4º c/c art. 154, I do Texto Constitucional. (VIANNA, 2010, p. 18)

2.1.4.7 Caráter democrático e descentralizado da administração

O inciso VII, § único do art. 194 da Constituição, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 20/98, dispõe que a gestão administrativa da Seguridade Social é quadripartite, com a participação do governo, aposentados, trabalhadores e empregadores. (IBRAHIM, 2010, p. 77)

Tal dispositivo se coaduna com o art. 10 da Constituição que garante a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados de órgãos do governo em que se discutam ou deliberem sobre assuntos relativos à seguridade social. Como exemplo, temos o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), conforme art. 3º da Lei nº 8.213/91, que tem representantes do governo federal, dos aposentados e pensionistas, dos trabalhadores e dos empregadores. (IBRAHIM, 2010, p. 77)

2.2 PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

2.2.1 Concessão da Prestação Previdenciária

Para que o indivíduo faça jus à prestação previdenciária, é necessário:

- a) que o indivíduo se encontre na qualidade de beneficiário do regime, à época do evento;

- b) a existência de um dos eventos cobertos pelo regime, conforme a legislação vigente na época da ocorrência do fato;
- c) o cumprimento das exigências legais;
- d) a iniciativa do beneficiário. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 507 e 508)

É importante ressaltar que a inexistência de contribuições para com a Seguridade Social e a falta de registro da atividade laboral em carteira profissional ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS não podem constituir óbice à concessão de benefícios para os segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos. Uma vez existente o vínculo jurídico que enquadra o indivíduo como uma das três categorias de segurados mencionadas, fará jus a ser considerado beneficiário do RGPS, sem prejuízo da cobrança das contribuições de quem inadimpliu, ou seja, o tomador de serviços (arts. 34 a 36 da Lei 8.213/91). (BALERA, 2008, p. 498)

Se o beneficiário atende aos requisitos, embora não postule a prestação, diz-se que mesmo possui direito adquirido a prestação previdenciária. Uma vez adquirido este direito, este se torna intangível por norma posterior, devendo ser concedido o benefício ou prestado o serviço nos termos do regramento existente à época da aquisição do direito, independente de quando for requerido. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 508)

Já no caso de beneficiário que tenha perdido esta qualidade, mas que, enquanto era segurado ou dependente, implementou as condições para a obtenção da prestação, o direito se mantém íntegro, como é da redação do art. 102 da Lei 8.212/91.

De acordo com o art. 181-B do Decreto 3.048/99, tem-se que o segurado pode desistir do seu pedido de aposentadoria desde que manifeste esta intenção e requeira o arquivamento definitivo antes do recebimento do primeiro pagamento de benefício ou do saque do respectivo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou do Programa de Integração Social.

2.2.1.1 Suspensão do benefício

Na legislação de seguro social, há certas situações que autorizam o INSS a deixar de pagar o benefício, suspendendo a prestação devida. Não se deve confundir, contudo, tal situação com a de cancelamento do benefício: na suspensão, o

benefício teve apenas seu pagamento sustado; no cancelamento, dá-se a extinção da obrigação de pagamento pelo INSS ao beneficiário. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 510 e 511)

São casos de suspensão do pagamento do benefício:

- a) a conduta do beneficiário inválido que não se apresenta para a realização do exame-pericial periódico do INSS;
- b) a não-comprovação trimestral da manutenção do cumprimento da pena privativa de liberdade, ou a fuga do segurado detido ou recluso, em relação ao auxílio-reclusão paga aos dependentes do segurado;
- c) a ausência de defesa do beneficiário, quando notificado pelo INSS em casos de suspeita de irregularidade na concessão ou manutenção de benefício (art. 11 da Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002, convertida na Lei nº 10.666, de 8.5.2003).

2.2.1.2 Cancelemento do benefício

São casos de cancelamento de benefício previdenciário:

- a) o retorno ao trabalho em atividade nociva à saúde ou à integridade física do segurado que percebe aposentadoria especial (art. 57, §8º, da Lei nº 8.213/91);
- b) o reaparecimento do segurado considerado falecido por decisão judicial que havia declarado morte presumida (art. 78, § 2º, da Lei nº 8.213/91);
- c) o retorno ao trabalho de segurado aposentado por invalidez (art. 46, da Lei nº 8.213/91);
- d) a verificação, pelo INSS, de concessão ou manutenção de benefício de forma irregular ou indevida (art. 11, da Medida Provisória nº 83, de 12.12.2002).

Para o INSS cancelar um benefício previdenciário deve, necessariamente, fazê-lo com base em um processo administrativo que apurou alguma irregularidade na concessão do mesmo. O poder-dever da Administração de desconstituir seus próprios atos por vícios de nulidade condiciona-se à comprovação das referidas ilegalidades em processo administrativo próprio, com oportunização, ao administrado, das garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório (art. 5ª, LV, da CF/88 e Súmula nº 160 do extinto TRF). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 513)

Importante mencionar que nos casos em que o INSS não comprova que o cancelamento foi, em face de alguma irregularidade, apurado em processo administrativo, o benefício deve ser restabelecido. Para tanto, o beneficiário poderá

obter a sua pretensão em juízo, por meio de mandado de segurança, quando não demandar de instrução probatória, ou pela via ordinária, com a possibilidade da antecipação de tutela, quando demonstrar o preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão da medida, previstos no art. 273 do Código de Processo Civil. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 513)

2.2.2 Períodos de Carência

Nas palavras da lei, período de carência é o número de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências (art. 24 da Lei nº 8.213/91).

O dia do início da contagem do período de carência é feito observando-se as regras previstas no art. 28 do Decreto nº 3.048/99, que podem ser traduzidas da seguinte forma:

- a) para o segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual (este a partir de abril de 2003, quando prestar serviços à empresa, que possui a obrigação de retenção e recolhimento): o primeiro dia do mês de filiação ao RGPS, ou seja, desde o primeiro dia do mês em que iniciou a execução de atividade remunerada nesta condição, sendo presumida a contribuição;
- b) para o segurado empregado doméstico, contribuinte individual, (observado o disposto no § 4º, do art. 26 do Decreto nº 3.048/ 99), especial (este enquanto contribuinte individual na forma do disposto no § 2º do art. 200 do mesmo Decreto), e facultativo, da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referente a competências anteriores, observado, quanto ao segurado facultativo, o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 11 do Decreto 3.048/99.

O cálculo da carência é considerado a partir do primeiro dia do mês correspondente à competência a que se refere o recolhimento da contribuição. Isto é, mesmo o segurado que tenha começado a exercer atividade no dia 31 de um mês tem contabilizado, para efeito de carência, todo o período daquele mês. (VIANNA, 2010, p. 434)

É importante ressaltar que não é permitida a antecipação do pagamento de contribuição para efeito de recebimento de benefícios, em face do disposto no art. 89 da Lei nº 8.212/91.

A concessão das prestações pecuniárias do RGPS depende dos seguintes períodos de carência, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.213/91:

- a) 12 contribuições mensais, nos casos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
- b) 180 contribuições mensais, nos casos de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e especial;
- c) 10 contribuições mensais, no caso de salário maternidade para as seguradas contribuintes individuais, seguradas especiais e seguradas facultativas.

O período de carência de qualquer aposentadoria, salvo a por invalidez, permanece em 180 contribuições mensais, para os segurados que ingressaram no Regime após 24.7.1991. Para os segurados filiados até 24.7.1991, bem como para o trabalhador e para o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural anteriormente à unificação dos regimes, a carência das aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e especial obedece até o fim de 2011 a tabela prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91, de acordo com o ano em que o segurado venha a implementar as condições para a obtenção do benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 518)

Em relação ao trabalhador rural, a LBPS (art. 143) garantiu a aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante 15 anos, contados a partir da data de vigência da Lei nº 8.213/91, de 24.7.1991, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. (VIANNA, 2010, p. 434)

Esse prazo foi prorrogado até o dia 31.12.2010, pela Lei nº 11.718/98, dispondo que essa regra aplica-se ao trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual que presta serviços de natureza rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego. (VIANNA, 2010, p. 442)

Contudo, essa regra não se aplica ao segurado especial que poderá continuar se aposentando com um salário mínimo, mediante a comprovação da carência por meio da atividade rural, por força do art. 39, I, da Lei nº 8.213/91. (VIANNA, 2010, p. 442)

A Lei nº 9.876/99 estendeu o salário-maternidade às seguradas contribuintes individual e facultativa, e, para elas, estabeleceu o prazo de carência de dez meses para a concessão do benefício, que, em caso de parto antecipado, será reduzido em

números de meses equivalente ao número de meses em que houve a antecipação. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 519)

Segundo o art. 26 da Lei nº 8.213/91, independem de carência a concessão das seguintes prestações:

- a) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;
- b) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, nos casos de qualquer natureza ou causa de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especialidade ou gravidade que mereçam tratamento particularizado;
- c) aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão ou pensão por morte aos segurados especiais, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido;
- d) serviço social;
- e) reabilitação profissional;
- f) salário-maternidade para a segurada empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

A Lei nº 8.213/91, ao aumentar o prazo de carência de 60 para 180 meses para as aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial, criou uma tabela progressiva para a exigência desse novo lapso temporal. Para o segurado inscrito na Previdência Social Urbana até 24 de julho de 1991, data de entrada em vigor dessa Lei, bem como para o trabalhador e empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial, obedece à tabela do art. 142 da Lei nº 8. 213/91, levando-se em conta o ano em que o segurado implementar todas as condições necessárias a obtenção do benefício. (IBRAHIM, 2010, p. 582)

Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido, aplicando-se a mesma regra ao filiado a outro regime de previdência social que venha a filiar no RGPS após os prazos do chamado “período de graça”.

Tal disposição, presente desde a edição original da Lei nº 8.213/91, não foi revogada porque a Medida Provisória nº 242/2005 não chegou a ser apreciada a tempo pelo Congresso Nacional. (IBRAHIM, 2010, p. 582)

Para o segurado em categorias diferentes de empregado e contribuinte individual, desde que não tenha perdido essa e desde que comprovado recolhimento de contribuições em todo o período, é contado para efeito de carência todo o período de atividade desde a filiação como empregado, mesmo que, quando na categoria de contribuinte individual, tenha efetuado recolhimentos em atraso. (VIANNA, 2010, p. 436)

Importante se faz destacar é se o período em gozo de benefício por incapacidade computa para efeito de carência. A resposta é positiva, pois estando a renda mensal dos benefícios por incapacidade legalmente rquiparada ao salário de contribuição (artigos 29, §5º, e 55, inciso II, da Lei nº 8.213/ 91) um dos reflexos disto é o cômputo do período de fruição do benefício como período de carência. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 520)

Neste sentido a Súmula nº7 da Turma Regional de Uniformização dos JRFs do TRF da 4ª Região: “Computa-se para efeito de carência o período em que o segurado usufruiu benefício previdenciário por incapacidade”.

2.2.3 Cálculo do Valor do Benefício

Os benefícios têm valores apurados de formas diversas. A regra geral, porém, é que os benefícios sejam calculados segundo critérios previstos pelo art. 201, § 3º, da Constituição Federal, ou seja, levando-se em conta os salários de contribuição, corrigidos monetariamente, para a apuração do chamado salário de benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 523)

Contudo, dois benefícios não têm esta base de cálculo: o salário-família, cujo valor é o mesmo para todos os beneficiários que a ele fazem jus, e o salário-maternidade, que corresponde a remuneração integral, no caso da segurada empregada e trabalhadora avulsa em licença gestante; para a empregada doméstica, o valor do seu último salário de contribuição; 1/12 do alorn sobre o qual incidiu a última contribuição anual, para a segurada especial; e, 1/12 da média dos 12 últimos

salários de contribuição, apurados em período não superior a quinze meses, para a segurada contribuinte individual e facultativa, conforme art. 73, da Lei 8.213/91.

A pensão por morte e o auxílio-reclusão também excepcionam a regra: a pensão é apurada com base no valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquele que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, conforme art. 75 da Lei nº 8.213/91. O auxílio-reclusão é devido com base no valor da aposentadoria por invalidez a que o segurado faria jus, na data do deferimento do benefício, conforme art. 80 da Lei nº 8.213/91.

No cálculo do valor inicial dos benefícios, assim como nos reajustamentos posteriores, a renda dos segurados tem sofrido achatamentos pela falta da reposição integral dos índices inflacionários ocorridos até 1993. Esses critérios injustos de cálculo de benefícios favoreciam os cofres da Previdência Social em detrimento dos beneficiários do sistema. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 523)

2.2.3.1 Salário de benefício e período básico de cálculo

O salário de benefício é o valor básico usado para o cálculo da renda mensal inicial dos principais benefícios previdenciários de pagamento continuado (art. 28 da Lei nº 8.213/91).

A Constituição Federal de 1988 garantiu que todos os salários de contribuição considerados no cálculo do salário de benefício serão corrigidos monetariamente (art. 201, § 3º). Até o advento da atual Constituição, os doze mais recentes salários de contribuição não eram corrigidos. Tal regra, em tempo de inflação galopante, acarretava uma sensível redução no valor da renda mensal inicial em relação ao último salário da atividade, principalmente nos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, que consideravam apenas 12 salários de contribuição, num período básico de cálculo de dezoito meses. Mas, não havia lei prevendo a atualização, a jurisprudência se inclinou por sufragar esse critério. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 524)

De acordo com a redação original do art. 29, *caput*, da Lei nº 8.213/91, o salário de benefício consistia na média aritmética simples de todos os últimos salários de contribuição ou salários de benefício dos meses imediatamente anteriores ao do

afastamento da atividade ou da data de protocolo do requerimento, até o máximo de 36 contribuições, consecutivas ou não, tomadas num intervalo nunca superior a quarenta e oito meses (período básico de cálculo), excetuado para tais fins, em qualquer caso, o 13º salário, que não integra tal cálculo (art. 29, § 3º, da Lei nº 8.213/91), e sempre atualizado monetariamente.

Com a Emenda Constitucional nº 20/98, desapareceu a garantia do cálculo do benefício pela média do 36 últimos salários de contribuição, conforme previa o *caput* do art. 202 da Constituição de 1988, na sua redação original. Esse prazo de cálculo será ampliado gradualmente até chegar ao período total das contribuições, na forma definida na Lei nº 9.876, de 26.11.99 (DOU de 29.11.99), a qual criou o chamado “fator previdenciário”, dando nova redação ao art. 29 da Lei nº 8.213/91. (VIANNA, 2010, 443)

A nova fórmula de cálculo de salário de benefício para os segurados em geral, excetuados os segurados especiais, prevista na nova redação do *caput* do art. 29 da Lei nº 8.213/91, conferida pela Lei nº 9.876/99, observa os seguintes critérios:

- a) para a aposentadoria por idade e por tempo de contribuição: o salário de benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;
- b) para a aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, auxílio-doença e auxílio-acidente: o salário de benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo (para estes benefícios não há a multiplicação pelo fator previdenciário).

Nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez de segurados filiados a partir de 29.11.1999, contando o segurado com menos de 144 contribuições mensais no período contributivo, o salário de benefício corresponde à soma dos salários de contribuição dividido pelo número de contribuições apurado (§ 2, do art. 32, do Decreto nº 3.048/99).

Para os segurados já filiados ao RGPS antes de 29.11.1999, nos casos de aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial, o divisor considerado no cálculo da média não poderá ser inferior a 60% do período decorrido na competência de julho de 1994 até a data de início do benefício, limitado a 100% de todo o período contributivo (art. 188-A, § 1º, do Decreto nº 3.048/99). Já nos casos de auxílio-

doença e aposentadoria por invalidez, contando o segurado com salários de contribuição em número inferior a 60% do número de meses decorridos da competência julho de 1994 até a data de início do benefício, o salário de benefício corresponderá à soma dos salários de contribuição dividido pelo número de contribuições mensais apurado (§ 2º, do art. 188-A do Decreto nº 3.048/99).

O chamado “período básico de cálculo” – interregno em que são apurados os salários de contribuição com base nos quais se calcula o salário de benefício -, segundo as normas atuais, passou de 36 meses para todo o período contributivo do segurado, excluindo-se quando da realização da média, a quinta parte dos menores salários de contribuição. Com isso, o legislador atendeu aos apelos do Governo, no sentido de reduzir o valor dos benefícios, já que, pelas regras anteriores, a tendência era de obtenção de benefícios bem maiores, pois eram considerados, para a concessão de aposentadorias, apenas os 36 meses de atividade. Estendendo o cálculo para atingir 80% do tempo de contribuição do segurado, fatalmente a média a ser bem menor, e conseqüentemente, também o será o valor do benefício pago. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 526)

O salário de benefício obedece aos mesmos limites mínimo e máximo do salário de contribuição obtidos na data de início do pagamento do benefício (art. 29, § 2º, da Lei nº 8.213/91), devendo ser reajustado a estes, quando em desacordo com os mesmos. (VIANNA, 2010, p. 451)

Para o segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes, o salário de benefício será calculado com base na soma dos salários de contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 e as regras do art. 32 vda Lei nº 8.213/91.

Por fim, consignamos que o período básico de cálculo (PBC) é fixado, conforme o caso, de acordo com a: data de afastamento da atividade, data de entrada do requerimento, data de publicação da Emenda nº 20, de 15.12.1998, data de publicação da Lei nº 9.876, de 26.11.99 e data da implementação das condições necessárias à concessão do benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 530)

Em conformidade com o art. 188-B do Decreto nº 3.048/99, tem-se que:

Art. 188-B. Fica garantido ao segurado que, até o dia 28 de novembro de 1999, tenha cumprido os requisitos para a concessão de benefício, o cálculo do valor inicial segundo as regras até então vigentes, considerando-se como período básico de cálculo os trinta e seis meses imediatamente anteriores àquela data, observado o § 2º do art. 35, e assegurada a opção pelo cálculo na forma do art. 188-A, se mais vantajoso.

2.2.3.2 Fator previdenciário

O fator previdenciário, criado pela Lei nº 9.876/99, se insere na nova fórmula de cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição e da aposentadoria por idade. O cálculo do valor do benefício, até então feito pela média das últimas 36 contribuições, foi substituído pela média dos 80% dos maiores salários de contribuição do segurado de todo o período contributivo, multiplicado pelo fator previdenciário. (IBRAHIM, 2010, p. 587)

O fator previdenciário leva em conta o tempo de contribuição, a idade na data da aposentadoria e o prazo médio durante o qual o benefício deverá ser pago, ou seja, a expectativa de sobrevivência do segurado. Essa expectativa é definida a partir da tabela completa de mortalidade para o total da população brasileira, elaborada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando a média nacional única para ambos os sexos. Compete ao IBGE publicar, anualmente, até o 1º de dezembro, no Diário Oficial da União, a tabela completa de mortalidade para o total da população brasileira referente ao ano anterior, o que foi regulado pelo Decreto nº 3.266, de 29.12.99. (IBRAHIM, 2010, p. 587)

Esse novo critério de cálculo objetiva estimular as pessoas a se aposentarem mais tarde. Na prática, ela instituiu por via transversa a idade mínima para a aposentadoria, proposta que foi rejeitada pela Câmara durante a votação da Reforma da Previdência Social (Emenda Constitucional nº 20/98). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 531)

Contra a Lei nº 9.876/99 pende Ação Direta de Inconstitucionalidade sob a alegação principal de que o fato de o cálculo do benefício levar em consideração a idade do trabalhador fere a Constituição, tendo sido negada pelo Supremo Tribunal Federal a liminar postulada, ou seja, mantendo-se a aplicação do fator previdenciário (ADInMC nº 2.111-DF, rel. Min. Sydney Sanches, 16.3.2000, Informativo STF nº 181, 13 a 17.3.2000). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 531)

A nova fórmula de cálculo dos benefícios aplica-se integralmente aos segurados filiados à Previdência Social a partir de 29.11.99, e será aplicada gradativamente aos segurados filiados até o dia anterior à data de publicação da Lei nº 9.876/99. (BALERA, 2008, p. 534)

Dispõe o § 9º que, para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados:

- a) cinco anos, quando se tratar de mulher;
- b) cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo serviço em funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- c) dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício em funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Portanto, para as mulheres e professores, exceto os do magistério universitário, foi criado um bônus de cinco anos para o cálculo do fator previdenciário. Se a mulher for professora, tem dez anos de bônus. Esse adicional tem por finalidade adequar o cálculo ao preceito constitucional que garante às mulheres e professores aposentadoria com redução de cinco anos em relação aos demais segurados da Previdência Social. (VIANNA, 2010, p. 447)

O fator previdenciário se aplica apenas as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade. Mas somente as primeiras podem sofrer redução – dias em cada dez aposentadorias concedidas por mês pela Previdência Social são por tempo de contribuição. Quem se aposentar por idade (homens aos 65 anos e mulheres aos 60 anos) pode escolher a regra que lhe for mais vantajosa, com ou sem a aplicação do fator previdenciário. (IBRAHIM, 2010, p. 587)

Tratando-se de pensões, o fator previdenciário não é aplicado diretamente. No caso de segurado que morrer em atividade, a pensão será igual à aposentadoria por invalidez à qual ele teria direito naquela ocasião, sem aplicação do fator. Assim, o benefício corresponderá à média dos maiores salários de contribuição a partir de julho de 1994, correspondentes a 80% do número de meses do período. No caso de morte do segurado já aposentado, a pensão equivalerá a 100% da aposentadoria paga. A pensão só será atingida, nesse caso, indiretamente, ou seja, caso ela

decorra de uma aposentadoria que tenha sofrido a aplicação do fator. Mas o benefício propriamente dito sofrerá redução. (CASTRO: LAZARRI, 2010, p. 532)

O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevivência e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, mediante a fórmula:
$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{(ld + Tc \times a)}{100} \right]$$

Onde: f = fator previdenciário; Es = expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria; Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria; ld = idade no momento da aposentadoria; a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31.

2.2.3.3 Regras de transição para a aplicação do fator previdenciário

Para o segurado filiado a Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei nº 9.876/99, e que somente após essa data vier a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do RGPS, o cálculo do salário de benefício será feito em duas etapas. (VIANNA, 2010, p. 447)

Na primeira fase, o salário de benefício será calculado considerando-se a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a, no mínimo, 80% de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994. Por exemplo, quem solicitou o benefício em dezembro de 1999, primeiro, terá apurados os 65 salários de contribuição do período, embora, no cálculo, só sejam considerados 52 salários de contribuição (80% de 65), justamente os mais altos. (VIANNA, 2010, p. 447)

Na segunda etapa, será aplicado o fator previdenciário, que considera a idade, o tempo de contribuição, a alíquota de recolhimento (sempre de 31%, correspondente a 20% da empresa e 11% do segurado) e a expectativa de sobrevivência do segurado no momento da aposentadoria. A adoção do fator será gradual, durante cinco anos. No primeiro mês, incidirá sobre 1/60 da média dos salários de contribuição. No segundo mês, 2/60, e assim sucessivamente. (VIANNA, 2010, p. 447)

Quando se tratar de segurado especial, no cálculo do salário de benefício será considerado o valor equivalente a 1/3 da média aritmética simples dos maiores

salários valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondente a, no mínimo, 80% de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994, observado o disposto nos incisos I e II do § 6º do art. 29, da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 533)

Ao segurado que, até o dia anterior à publicação da Lei nº 9.876/99 tenha cumprido os requisitos para a concessão de benefício é garantido o cálculo segundo as regras vigentes até aquela data. Em suma, apenas quem adquiere o direito de aposentar-se por tempo de contribuição a partir da vigência da Lei nº 9.876/99 será obrigado a submeter-se ao fator previdenciário. Quem tiver direito adquirido, ou seja, tiver atendido todos os requisitos exigidos pela legislação para requerer o benefício antes da mudança da lei, poderá optar entre o critério antigo e o fator previdenciário, o que lhe for mais favorável (art. 6º, da Lei nº 9.876/99). (BALERA, 2008, p. 535)

Pelo critério anterior, a aposentadoria era apurada sobre a média dos 36 últimos salários de contribuição, corrigidos. O fator previdenciário será vantajoso nos casos em que o segurado contar com idade mais avançada ou tempo maior de contribuição, porque aí o fator passa a ter efeito de bônus. (IBRAHIM, 2010, p. 591)

Durante a fase de transição a incidência do fator previdenciário foi menos traumática, em face da regra de proporcionalidade (1/60 avos a cada mês). No entanto, a partir da implantação integral do coeficiente, a renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição tem reduzido significativamente se comparado à sistemática anterior de cálculo. (IBRAHIM, 2010, p. 591)

2.2.3.4 Renda mensal inicial

A renda mensal inicial corresponde à primeira parcela do benefício de prestação continuada a ser pago pela Previdência Social. A apuração desse valor, que servirá de base para os reajustes posteriores, depende da espécie do benefício a ser pago e do valor do salário de benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 534)

Assim, a fórmula para o cálculo da renda mensal inicial é a seguinte: $RMI = SB \times Cf$. No qual: RMI= Renda mensal inicial; SB= salário de benefício; Cf= Coeficiente de cálculo – percentual a ser aplicado sobre o salário de benefício. Para cada benefício

existe um percentual próprio estabelecido pela Lei nº 8.213/91. (CASTRO;LAZARRI, 2010, p. 534)

Pela fórmula retrocitada, para o cálculo da renda mensal inicial dos benefícios de pagamento continuado, quando já tivermos o valor do salário de benefício, basta aplicar-lhe a porcentagem correspondente. (CASTRO;LAZARRI, 2010, p. 534)

A renda mensal do benefício de prestação continuada será calculada aplicando-se sobre o salário de benefício os seguintes percentuais:

- a) auxílio-doença: 91% do salário de benefício;
- b) aposentadoria por invalidez: 100% do salário de benefício;
- c) aposentadoria por idade: 70% do salário de benefício, mais 1% deste por grupo de doze contribuições mensais até o máximo de 30%;
- d) aposentadoria por tempo de contribuição: para a mulher – 100% do salário de benefício aos trinta anos de contribuição; para o homem – 100% do salário de benefício aos trinta e cinco anos de contribuição; e, 100% do salário de benefício para o professor aos trinta anos de contribuição e para a professora aos vinte e cinco anos de contribuição e de efetivo exercício em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou médio;
- e) aposentadoria especial: 100% do salário de benefício;
- f) auxílio-acidente: 50% do salário de benefício. (IBRAHIM, 2010, p. 597)

O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual à remuneração integral da segurada empregada e da trabalhadora avulsa. Para as demais empregadas consistirá:

- a) em um valor correspondente ao do seu último salário de contribuição, para a segurada empregada doméstica;
- b) em 1/2 do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;
- c) em 1/2 da soma dos doze últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. (VIANNA, 2010, p. 456)

Em qualquer caso é garantido o pagamento do salário-maternidade no valor de um salário mínimo. (VIANNA, 2010, p. 456)

O valor da cota de salário-família é reajustado periodicamente nas mesmas datas em que é feito o reajuste dos salários de contribuição e dos salários de benefício, por portaria ministerial. (CASTRO;LAZARRI, 2010, p. 535)

O valor mensal da pensão por morte e do auxílio-reclusão será de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. (CASTRO;LAZARRI, 2010, p. 535)

A renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez concedida por transformação de auxílio-doença será de 100% do salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral. (CASTRO;LAZARRI, 2010, p. 535)

No cálculo do valor da renda mensal do benefício do segurado empregado e trabalhador avulso, serão contados os salários de contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa. Para os demais segurados, somente serão computados os salários de contribuição referentes aos meses de contribuição efetivamente recolhidos. (IBRAHIM, 2010, p. 598)

Com o advento do Decreto nº 4.079/2002, o INSS passou a calcular os benefícios tendo por base as informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS. Considerando a hipótese de que possa haver incorreção nas informações contidas no referido cadastro, o parágrafo único do art. 31 do Regulamento da Previdência Social, inserido pelo Decreto supracitado, dispõe que o INSS deverá fornecer, no prazo máximo de 180 dias contados do pedido feito pelo beneficiário, as informações constantes do CNIS que serviram de base para o cálculo do salário de benefício. (IBRAHIM, 2010, p. 598)

Sempre que, cumpridas todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, não for possível aos segurados empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico comprovarem o valor dos seus salários de contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício no valor mínimo, devendo essa renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários de contribuição ou do recolhimento das contribuições. Ou seja, o requerimento é sempre aceito, não prevalecendo a norma do direito anterior, que autorizava a Previdência Social a recusar requerimento de benefício que não estivesse acompanhado de documentos exigidos por lei (art. 117 da CLPS/84). (BALERA, 2008, p. 549)

Com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 6.722/2008, o Regulamento da Previdência Social passou a prever, no art. 19 e seus parágrafos, diversas regras para consideração de tempo de contribuição e de salário de contribuição de segurados, quando haja discrepância entre o que consta do CNIS e o que o segurado alega. (VIANNA, 2010, p. 457)

O que se pode constatar, de plano, principalmente do § 4º, do art. 19, do Decreto nº 6.722/2008, é que a retificação de dados no CNIS, embora teoricamente possível, não se verifica na prática, pois apesar de permitir ao segurado questionar o que consta do cadastro, onera a este com o pesado dever de comprovar, com documentos contemporâneos, não apenas a atividade laboral prestada, mas também as remunerações auferidas, e mesmo assim estabelecendo requisitos inatingíveis na maior parte dos casos. (VIANNA, 2010, p. 457)

O art. 19-B do RPS, incluído pelo mesmo Decreto nº 6.722/2008, prevê que “a comprovação de vínculos e remunerações de que trata o art. 62 poderá ser utilizada para suprir a omissão do empregador, para corroborar informação inserida ou retificada extemporaneamente ou para subsidiar a avaliação dos dados do CNIS”.

2.2.3.5 Valor-limite dos benefícios

A exceção do salário-maternidade, os benefícios substitutivos da remuneração dos segurados e pensionistas são limitados por um valor estabelecido como sendo o teto máximo de benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 538)

A renda mensal do benefício de prestação continuada que subsistir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição, salvo na hipótese da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa, quando é previsto um acréscimo de 25%, mesmo que ultrapasse o limite máximo legal (art. 45, da Lei nº 8.213/91). (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 538)

Também estão excluídos da limitação pelo chamado “teto” os benefícios decorrentes de aposentadorias e pensões especiais pagas à conta do Tesouro Nacional (por

exemplo, aos anistiados e aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial). (IBRAHIM, 2010, p. 588)

O salário-maternidade é sempre equivalente à totalidade da remuneração percebida pela segurada empregada antes de ingressar na licença-gestante, de modo que, mesmo sendo este valor superior ao limite do salário de contribuição, o benefício consistirá na integralidade de sua remuneração, ou da soma das remunerações percebidas em mais de uma atividade concomitantemente exercida. (IBRAHIM, 2010, p. 588)

O valor que representa o limite máximo dos benefícios pagos pelo INSS aos segurados do RGPS foi elevado para R\$ 1.200,00 pela Emenda nº 20/98 e para R\$ 2.400,00 pela Emenda nº 41/2003, com impacto imediato sobre as contribuições devidas por quem estava percebendo valores nessa faixa de renda ou acima dela. (VIANNA, 2010, p. 450)

Esse limite máximo foi previsto para os benefícios concedidos com base no art. 201 da Constituição Federal, com previsão de reajustes de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 538)

Os benefícios de legislação especial pagos pela Previdência Social à conta do Tesouro Nacional e de ex-combatentes, concedidos até 15.12.98, ficam submetidos ao teto estabelecido pelo art. 37, XI, da Constituição (isto é, o subsídio fixado para os Ministros do STF). Esta regra foi introduzida nas Disposições Constitucionais Gerais (art. 248), pela Emenda Constitucional nº 20/98. (BALERA, 2008, p. 566)

2.2.4 Espécies de Prestações

As prestações comportam dentro de si as Prestações Benefícios e as Prestações Serviços, sendo que ambas são entregues ao segurado do INSS. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 209)

Assim, enquanto as prestações benefícios são de cunho pecuniário, as prestações serviço são de natureza não pecuniária (patrimonial), são prestações de algum serviço. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 209)

As prestações serviço possuem a finalidade de prestar aos beneficiários as tarefas de apoio tendentes a habilitar e reabilitar o obreiro profissionalmente e que está incapacitado para o trabalho total ou parcialmente, com o objetivo ou tendência reeducativa e readaptação profissional, colocando a pessoa em nova atividade laboral, no caso de acidente de trabalho. (VIANNA, 2010, p. 472)

Dessa maneira, nos termos legais, os benefícios são de fruição universal para os segurados e os seus dependentes. (VIANNA, 2010, p. 432)

A Lei nº 8.213/91, classificou as prestações previdenciárias levando em consideração os beneficiários aos quais são devidas. Assim, em seu artigo 18, o RGPS compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho:

- a) Quanto ao segurado: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição (redação dada pela Lei Complementar 123/06), aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente, abono de permanência em serviço (revogada pela Lei nº 8.870/94);
- b) Quanto ao dependente: pensão por morte e auxílio-reclusão;
- c) Quanto ao segurado e dependente: pecúlios (revogada pela Lei nº 9.032/95), serviço social e reabilitação profissional.

O aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a esse regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da previdência social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado. (VIANNA, 2010, p. 433)

O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212/91, ou seja, no regime especial instituído pela Lei Complementar nº 123/06, não fará jus a aposentadoria por tempo de contribuição. Atente-se que não são todos os contribuintes individuais e segurados facultativos que têm excluído o direito à aposentadoria por tempo de contribuição, mas apenas aqueles que optarem por esse regime diferenciado de contribuição. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 210)

2.3 ERROS MAIS COMUNS COMETIDOS PELO INSS QUANDO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE REVISÁ-LOS

2.3.1 Erros mais Comuns Cometidos Pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários

Os problemas mais comuns encontrados perante a Previdência Social referem-se a períodos anteriores a 1994, quando o sistema da Previdência Social passou a contabilizar todas as contribuições. Embora a lei determinasse que a partir de julho de 2004 haveria a inversão do ônus probatório, ou seja, a partir dessa data o INSS é quem deve reunir no sistema todos os registros de contribuição dos segurados, a burocracia e a demora continuam a existir, não sendo, contudo, os únicos problemas enfrentados pelos segurados no INSS. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 975)

Desta forma, é importante se fazer uma verificação do cálculo efetuado pelo INSS, uma vez que cada um dos benefícios previdenciários possui regras peculiares a serem analisadas. (IBRAHIM, 2010, p. 599)

Erros no cálculo e problemas na contabilização dos cálculos podem prejudicar os beneficiários. Assim, passamos a analisar os problemas mais comuns encontrados pelos beneficiários perante o INSS. (IBRAHIM, 2010, p. 599)

2.3.1.1 Erro no cálculo do benefício

Cada tipo de benefício possui as respectivas regras para o cálculo, variando conforme o tempo de contribuição, a idade do segurado e as condições do seu trabalho (se é ou não exposto a perigos). (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 976)

Assim, importante ver a fórmula de cálculo de cada uma das aposentadorias, detectando eventuais erros cometidos pela Autarquia Previdenciária.

2.3.1.1.1 Aposentadoria por idade

Neste benefício os homens aposentam-se com 65 anos de idade, quando se tratarem de trabalhadores urbanos e 60 anos de idade quando se tratarem de trabalhadores rurais. Já as mulheres com 60 anos de idade, se forem trabalhadoras urbanas e 55 anos de idade se forem trabalhadoras rurais. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 619)

O tempo mínimo de contribuição para os segurados inscritos no INSS até 24 de julho de 1991, encontra-se disposto no art. 142 da Lei 8.213/91. E, para os segurados inscritos no INSS após 24 de julho de 1991, o tempo mínimo é de 180 contribuições. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 619)

O valor a ser pago é de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, acrescido de 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário de benefício. (IBRAHIM, 2010, p. 624)

Assim, por exemplo, o segurado empregado, homem, que tenha começado a trabalhar aos 50 anos de idade poderá, aos 65 anos, após 15 anos de atividade contínua, aposentar-se por idade. Neste caso, seu benefício será de 70% + 15% (15 anos de contribuição) = 85% do salário-de-benefício. (IBRAHIM, 2010, p. 624)

O benefício da aposentadoria por idade é a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 620)

Ressalte-se que no tocante a aplicação do fator previdenciário na aposentadoria por idade, sua utilização é facultativa, conforme art. 7º, da Lei nº 9.876/99. Assim, sendo, a utilização do fator previdenciário na aposentadoria por idade deve ser utilizada apenas quando for vantajosa para o segurado. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 977)

Aqueles que foram filiados até 28.11.1999 no RGPS são considerados 80% (oitenta por cento) dos maiores salários-de-contribuição, a partir de julho de 1994 (artigo 29, I e II, da Lei nº 8.213/91 e art. 188-A §§ 1º e 2º, do Decreto nº 3.048/99).

Qualquer salário-de-benefício não pode ser inferior a um salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 978)

O segurado especial tem como valor do benefício um salário mínimo. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 976)

Cabe destacar, ainda, o art. 143 da Lei nº 8.213/91, que diz que para o trabalhador rural ter direito a um salário mínimo deve comprovar o exercício dessa atividade pelo prazo mínimo de cinco anos, conforme a tabela escalonada do art. 142. Somente é realizado o mesmo cálculo que do trabalhador urbano caso tenha feito, no mínimo, 180 contribuições. (BALERA, 2008, p. 732)

O art. 143 da Lei nº 8.213/91 também diz que a aposentadoria por idade concedida ao trabalhador rural, na forma da alínea “a”, do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 da Lei nº 8.213/91, no valor de um salário mínimo o teria duração de quinze anos, desde que o trabalhador comprovasse o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico a carência do referido benefício. (BALERA, 2008, p. 732)

A lei nº 11.368/06, aprovada no início de 2006, prorrogou por mais dois anos o prazo de duração desse benefício previdenciário.

A Medida Provisória nº 385/07, acrescentou o parágrafo único no art. 1º da Lei nº 11.368/06, estendendo a “prorrogação” para o trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual, que presta serviço de natureza rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego. (IBRAHIM, 2010, p. 627)

Porém, como a referida Medida Provisória estava trancando a pauta de votações da Câmara e impedia a votação “de matéria tributária de natureza estrutural para o financiamento de parcela considerável das ações sociais a cargo do Governo Federal”, ou seja, a proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da desvinculação das Receitas da União (DRU). Por essa razão, a medida provisória teve que ser revogada para abrir caminho para a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 50/07), que o governo considerou mais importante. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 979)

Contudo, em março de 2008, através do “Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 6, de 2008” a Medida Provisória nº 385/07 ganhou novo fôlego, isto é, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 27.03.2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 979)

Assim, houve a prorrogação do prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo. A matéria foi aprovada na forma do projeto de lei, que estendeu até 31.12.2010 o prazo para todos os trabalhadores rurais conseguirem comprovar o tempo de trabalho necessário a aposentadoria. (IBRAHIM, 2010, p. 627)

A Medida Provisória nº 410/07, que ainda se encontra em trâmite, é mais abrangente do que a nº385/07. (IBRAHIM, 2010, p. 627)

Segundo a Medida Provisória nº 410/07, a aposentadoria rural por idade no valor de um salário mínimo precisa da comprovação de exercício da atividade por cento e oitenta meses. O projeto de lei de conversão adota um mecanismo de contagem especial do tempo de serviço. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 979)

Cada mês comprovado de trabalho no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015 será contado em triplo dentro de cada ano. Já no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, a contagem será em dobro. Ambas serão limitadas a doze meses dentro de cada ano. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 979)

2.3.1.1.2 Aposentadoria por tempo de contribuição

A Aposentadoria por tempo de serviço foi substituída pela aposentadoria por tempo de contribuição. Quem não tinha completado tempo suficiente quando a lei foi publicada em 1998, deve contribuir por mais tempo para se aposentar. Deve, neste caso, contribuir por mais 40% (quarenta por cento) do tempo que faltava para poder se aposentar em 1998. (IBRAHIM, 2010, p. 633)

Na aposentadoria por tempo de contribuição o homem deve possuir no mínimo 53 anos de idade e trinta anos de contribuição, sendo que desta forma o benefício é correspondente a 70% (setenta por cento) da média das contribuições. Com trinta e cinco anos de contribuição, o benefício pode chegar a 100% (cem por cento) da média das contribuições. (IBRAHIM, 2010, p. 633)

No entanto, a mulher, para fazer jus ao benefício, deve possuir no mínimo 48 anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, sendo que assim o benefício corresponde a 70% (setenta por cento) da média das contribuições. Com trinta anos

de contribuição, o benefício pode chegar a 100% (cem por cento) da média das contribuições. (IBRAHIM, 2010, p. 633)

O benefício é a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, multiplicado pelo fator previdenciário. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 980)

Lembra-se que, para aqueles que se filiaram ao RGPS até a data de 28.11.1999, serão considerados 80% (oitenta por cento) dos maiores salários-de-contribuição a partir de julho de 1994 (artigo 29, I e II, da Lei nº8.213/91 e art. 188-A §§ 1º e 2º, do Decreto nº3.048/99).

Quem já havia preenchido os requisitos para se aposentar pela regra anterior à 28.11.1999, poderá optar entre a fórmula de cálculo até então vigente para a apuração do salário-de-benefício, ou seja, pela média aritmética dos últimos trinta e seis salários-de-contribuição devidamente corrigidos, ou optar pela nova regra que se baseia na média aritmética simples correspondentes a 80% (oitenta por cento) dos maiores salários-de-contribuição posteriores a julho de 1994. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 981)

Ressalte-se, ainda, que a aposentadoria por tempo de contribuição não pode ser inferior ao salário mínimo vigente. E, para o segurado especial, o seu valor corresponde a um salário mínimo. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 981)

2.3.1.1.3 Aposentadoria especial

O benefício é concedido aos segurados que trabalharam em condições prejudiciais à saúde. Para tanto, é necessário que o segurado comprove a efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou à associação de agentes prejudiciais à saúde ou a integridade física pelo período mínimo de 15, 20 ou 25 anos, dependendo do agente nocivo. (IBRAHIM, 2010, p. 647)

Além da efetiva comprovação aos agentes nocivos, é necessário a comprovação de carência mínima. Para os segurados inscritos no INSS até 24.07.1991, deverá ser observado a disposta no art. 142 da Lei nº8.213/91. E, para os segurados inscritos no INSS após 24.07.1991 foi estabelecida uma carência mínima de 180 contribuições. (BALERA, 2008, p. 731)

Assim, desde que preenchidas as condições, o segurado percebe o valor de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 981)

O benefício da aposentadoria especial, assim como a por idade e por tempo de contribuição, é a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, multiplicado pelo fator previdenciário. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 981)

Lembra-se que, para aqueles que se filiaram ao RGPS até a data de 28.11.1999, serão considerados 80% (oitenta por cento) dos maiores salários-de-contribuição a partir de julho de 1994 (artigo 29, I e II, da Lei nº8.213/91 e art. 188-A §§ 1º e 2º, do Decreto nº3.048/99).

Quem já havia preenchido os requisitos para se aposentar pela regra anterior à 28.11.1999, poderá optar entre a fórmula de cálculo até então vigente para a apuração do salário-de-benefício, ou seja, pela média aritmética dos últimos trinta e seis salários-de-contribuição devidamente corrigidos, ou optar pela nova regra que se baseia na média aritmética simples correspondentes a 80% (oitenta por cento) dos maiores salários-de-contribuição posteriores a julho de 1994. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 982)

Ressalte-se, ainda, que a aposentadoria por tempo de contribuição não pode ser inferior ao salário mínimo vigente. E, para o segurado especial, o seu valor corresponde a um salário mínimo. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 982)

2.3.1.1.4 Pensão por morte

O valor da pensão por morte corresponde a 100% (cem por cento) da aposentadoria que era recebida pelo falecido, caso o mesmo já estivesse aposentado. Se o falecido ainda estava trabalhando no momento do óbito, o valor da pensão por morte deve corresponder ao valor da aposentadoria por invalidez. O coeficiente utilizado para o cálculo do benefício corresponde a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 657)

A diferença é que no cálculo da aposentadoria por idade utiliza-se o fator previdenciário e na aposentadoria por invalidez não. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 657)

Muitas vezes, no momento da concessão da pensão por morte, o INSS não observa tais preceitos ao calcular o benefício. Há casos em que o segurado ainda não está aposentado, e quando ele falece, o INSS calcula tal benefício aplicando-lhe o fator previdenciário, o faz reduzir o montante recebido pelo dependente do segurado. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 983)

É claro que existem alguns erros grosseiros, com a conversão da aposentadoria em pensão por morte, em que o valor deveria permanecer o mesmo, mudando-se apenas o tipo de benefício e o beneficiário. Porém, observa-se que em alguns casos o INSS aplica equivocadamente um redutor – o fator previdenciário. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 983)

Nesta hipótese, se houver a redução na conversão de aposentadoria para pensão por morte, deve ser feita a respectiva revisão do benefício. A única possibilidade aceita para a redução ocorre quando o aposentado por invalidez recebia assistência permanente em seu benefício, fato personalíssimo que não se estende aos dependentes. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 657)

2.3.1.2 Demora na concessão da aposentadoria pelo INSS

O prazo legal para o INSS começar a pagar a aposentadoria é de quarenta e cinco dias, contado a partir do requerimento. Quando este prazo não for respeitado, a Previdência Social deve pagar os valores atrasados, corrigidos monetariamente, segundo IGP-DI do período, com base no valor do benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 508)

Esse tipo de erro por parte do INSS é o mais comum. Assim, o segurado deve atentar para os valores constantes na carta de concessão de benefício, verificando se o atraso está corrigido. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 983)

2.3.1.3 Prejuízos para o beneficiário quando o protocolo não é entregue

Quando o segurado vai ao INSS agendar o pedido de benefício e o protocolo não sai com a data de visita à agência ou do contato telefônico, não se conta o prazo para a concessão do benefício. (VIANNA, 2010, p. 570)

Nesta hipótese, pode o segurado perder mais de um mês de aposentadoria, uma vez que o requerimento foi agendado considerando-se apenas a data do agendamento (se houver) e não a data da visita à agência ou do contato telefônico. Sendo assim, o INSS ganha mais prazo para a concessão do benefício. (VIANNA, 2010, p. 571)

Portanto, quando o segurado for requerer o benefício, deve estar atento, exigindo que a data do requerimento seja feita imediatamente, e não na data agendada. (VIANNA, 2010, p. 571)

2.3.1.4 Erro na contagem do tempo

O INSS pode desconsiderar os registros em carteira do segurado anteriores a 1994 (quando o sistema foi informatizado). (IBRAHIM, 2010, p. 607)

Neste caso, o segurado pode vir a trabalhar mais tempo do que necessita para se aposentar. (IBRAHIM, 2010, p. 607)

Não fazendo mais documentos que comprovem o tempo de contribuição e se o sistema da Previdência Social não possuir tais registros, há dois caminhos para resolver o impasse: o segurado pode procurar a antiga empresa em que trabalhava para conseguir os documentos que necessita; ou, pode ingressar na Justiça, requerendo a contagem do referido período. (IBRAHIM, 2010, p. 607)

2.3.1.5 A perda da carteira de trabalho pelo segurado e o tempo de trabalho

Se, porventura, o segurado perder a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pode ter problemas para considerar o tempo de trabalho perante o INSS. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 984)

As contribuições anteriores a 1994 e que não estão no registro informatizado do INSS podem ser obtidas através de novo registro pela antiga empresa. Os registros devem ser feitos em ordem cronológica, sob pena de serem considerados como rasura pelo INSS. Inclusive, as misturas de datas, também, o INSS pode considerar como rasura. (BALERA, 2008, p. 313)

Se a empresa encerrou suas atividades, o segurado deve contatar os sócios ou procurar a Junta Comercial. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 984)

2.3.1.6 Desconsideração pelo INSS do tempo de contribuição de autônomo

Recolhimentos de contribuintes individuais anteriores à informatização da Previdência Social podem não ser reconhecidos pelo INSS. (VIANNA, 2010, p. 190)

Assim, se o contribuinte perdeu alguma guia, de algum mês, de sua contribuição pode ter o período excluído ou ser obrigado a reconhecê-la novamente (caso queira considerá-la). Pode, ainda, requerer que o INSS faça a pesquisa no sistema para achar o pagamento da contribuição. Se mesmo assim não for encontrada, pode o segurado pleitear seu direito judicialmente. (VIANNA, 2010, p. 190)

2.3.1.7 Desconsideração do período de atividade especial pelo INSS

Muitas atividades anteriores tidas como especiais, com a modificação da legislação, deixaram de ser. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 985)

Entretanto, o segurado que trabalhou em alguma daquelas atividades no período em que eram consideradas especiais continua sendo beneficiado. (IBRAHIM, 2010, p. 652)

Todavia, pode ocorrer que o INSS não a considere como atividade especial. O segurado que conseguir comprovar o período trabalhado nas referidas atividades deve exigir a contagem pela Previdência Social. Se mesmo assim o INSS não considerar o período, pode o segurado pleitear judicialmente os seus direitos. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 985)

2.3.1.8 Recusa do INSS em considerar formulários antigos que comprovam atividade especial

Pode ocorrer, às vezes, a recusa da Previdência Social no tocante a formulários antigos que comprovem atividade especial do segurado. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 723)

Dessa maneira, o INSS exige que o segurado trabalhe mais tempo para poder se aposentar. Se o documento não for aceito por ser antigo, deve ser requerida a revisão do cálculo do benefício. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 986)

Entretanto, se mesmo assim não for considerado, é possível ingressar com ação judicial. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 723)

2.3.1.9 Desconsideração da atividade rural pelo INSS

Às vezes o INSS não considera a atividade rural, tendo em vista que não há documentos suficientes que comprovem tal atividade. (BALERA, 2008, p. 84)

Porém, deve-se lembrar que a atividade rural é comprovada com pelo menos, um documento por ano citando que o trabalhador laborou no campo. Faltando algum documento de algum ano, o período pode ser desconsiderado pelo INSS. (BALERA, 2008, p. 84)

Assim, a comprovação da atividade rural pode ser feita com depoimento de testemunhas, através de justificativa administrativa ou judicial. (BALERA, 2008, p. 84)

2.3.1.10 Aplicação do fator previdenciário de maneira errada

Pode ocorrer que a Autarquia Previdenciária erroneamente utilize o fator previdenciário para o cálculo do benefício em períodos anteriores à mudança da lei (199). Nesta hipótese, o valor do benefício pode diminuir conforme a idade e o tempo de contribuição. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p.533)

Assim, é primordial a verificação da aplicação correta do fator previdenciário. O fator previdenciário deve ser aplicado para contribuições posteriores a 199. Se o segurado já havia adquirido o direito a se aposentar antes de 199, não pode ter seu benefício reduzido pelo fator previdenciário, mesmo que sua aposentadoria ocorresse posteriormente. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 987)

Outro equívoco que tem sido realizado pelo INSS é aplicação do fator previdenciário quando o segurado optou por cumprir “o pedágio” do tempo de contribuição. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 987)

Quando foi criado o fator previdenciário, a Emenda Constitucional nº 20/98 trouxe algumas regras transitórias para aqueles que já se encontravam filiados no RGPS. O segurado que quisesse se aposentar pela antiga regra (isto é, sem aplicação do fator previdenciário – que diminui o benefício) teria que trabalhar 20% (vinte por cento) a mais do tempo que faltava para se aposentar integralmente na data da publicação da referida Emenda Constitucional, ou 40% (quarenta por cento) para a aposentadoria proporcional. Além disso, o homem deveria ter cinquenta e três anos e a mulher quarenta e oito anos de idade. (VIANNA, 2010, p. 446)

Ocorre, entretanto, que a autarquia Previdenciária em algumas ocasiões pune o segurado duas vezes: cobrando o “pedágio” e aplicando o fator previdenciário. Ora, se o segurado já fez a opção de trabalhar mais para “se livrar” do fator previdenciário, não pode tê-lo computado no cálculo da Renda Mensal Inicial. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 534)

Vale lembrar que o fator previdenciário na aposentadoria por idade é facultativo, ou seja, somente pode ser aplicado em favor do segurado. Porém, observa-se que o INSS aplica tal redutor indistintamente nesse tipo de benefício. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 534)

Outra situação que pode acontecer com o uso indevido do fator previdenciário é quando o segurado tiver de submeter-se à sua aplicação, devendo ficar atento se o cálculo foi feito corretamente. Isso porque, há casos em que deverá somar-se determinado período ao tempo de contribuição do segurado. Assim, para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados cinco anos, quando se tratar de mulher ou quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, o acréscimo no tempo de contribuição será de dez anos para fins de utilização do fator previdenciário (art. 29, § 9º, da Lei nº 8.213/91). (VIANNA, 2010, p. 446)

O acréscimo legal ao tempo de contribuição desses segurados não é feito algumas vezes pelo INSS, o que pode prejudicar o benefício. (VIANNA, 2010, p. 446)

2.3.2.11 Transformação de auxílio em aposentadoria

Quando o segurado recebe auxílio-acidente e ao ser concedida a aposentadoria por invalidez deve somar o valor recebido pelo auxílio com as contribuições previdenciárias na base de cálculo dessa aposentadoria. Para isso, é importante destacar que a doença do qual originou o benefício tenha surgido antes de 1997. (IBRAHIM, 2010, p. 607)

Sabe-se, também, que nos casos em que o segurado recebe auxílio-doença e, posteriormente, tem sua aposentadoria concedida, o valor recebido pelo auxílio poderá participar do cálculo do novo benefício. O auxílio-doença é calculado tomando-se como base 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício, calculado pela média das melhores contribuições do segurado. Ao transformar em aposentadoria, o percentual deve ser de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (VIANNA, 2010, p. 572)

O INSS costuma não refazer o cálculo dessas contribuições, gerando evidente prejuízo aos segurados. O caminho a ser tomado em casos tais é ingressar com recurso administrativo, solicitando o recálculo da aposentadoria. Na hipótese do INSS não considerar os valores corretos, deve-se ingressar na justiça com o pedido. (IBRAHIM, 2010, p. 607)

2.3.2 Possibilidade de Revisar os Erros Cometidos Pelo INSS Quando da Concessão de Benefícios Previdenciários

Sempre que o segurado entender que haja algum erro em seu benefício previdenciário poderá requer a devida revisão até 10 (dez) anos depois da concessão do benefício. Esse pedido de revisão poderá ser feito administrativamente, junto ao INSS, ou judicialmente, dirigido ao foro competente. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 988)

Vale ressaltar que o beneficiário não tem a obrigatoriedade de passar pela esfera administrativa primeiro, podendo, se quiser, ingressar com ação judicial diretamente. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 988)

2.3.2.1 Processo administrativo

O INSS exerce e controla seus atos através do chamando “controle administrativo”. (IBRAHIM, 2010, p. 519)

Assim, o INSS deve atender tais preceitos. É através desse controle administrativo que a Administração e seus órgãos (como o INSS, por exemplo) poderão anular, alterar ou até mesmo revogar seus próprios atos. (IBRAHIM, 2010, p. 519)

Atende-se para o fato de que somente poderão ser anulados os atos ilegais e alterados e revogados os atos legais, mais ineficiente, inoportunos ou inconvenientes. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 69)

Dessa forma, por exemplo, é o que ocorre quando o INSS concede determinado benefício através da autoridade administrativa, porém altera a decisão cancelando-o ao rever sua decisão. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 69)

2.3.2.1.1 Funcionamento do processo administrativo

Como destacado anteriormente, por força do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, as questões previdenciárias podem ser discutidas na via administrativa ou judicial, sem que esta tenha de ser precedida por aquela.

Vale destacar que, como Autarquia Federal, o INSS obedece ao procedimento da Lei nº 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito federal. (IBRAHIM, 2010, p. 520)

Assim, o processo administrativo é todo formal, podendo iniciar-se de ofício ou a requerimento do interessado, sendo todo por escrito (como estabelece o artigo 6º da referida lei). (IBRAHIM, 2010, p. 520)

Dessa maneira, ao invés de aguardar a data do agendamento, o segurado (ou seu representante) pode protocolar o requerimento para a concessão de benefício previdenciário diretamente no INSS, não podendo a Autarquia Previdenciária recusar-se de recebê-lo. Neste caso, o prazo para decidir sobre a concessão (ou não) do benefício previdenciário é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período apenas quando expressamente motivado. Porém, na eventual hipótese do INSS não querer receber tal requerimento ou recebendo-o não responder o

pedido (afirmativa ou negativamente) dentro do prazo legal (trinta dias), poderá ser proposto mandado de segurança judicial com pedido de aplicação de multa diária em caso de descumprimento da decisão judicial (art. 461, 4º c/c art. 14, do CPC). (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 70)

Na via administrativa, as decisões são proferidas pela autoridade da Autarquia Federal. Essas decisões sujeitam-se a uma revisão do próprio INSS. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 70)

Caso haja recurso, este será decidido por uma das Juntas de Recursos, órgão do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). (VIANNA, 2010, p. 576)

A portaria nº 112/08 estabeleceu novos prazos para o recurso administrativo. O início do prazo recursal para o INSS é contado a partir da entrada do processo na Procuradoria. (VIANNA, 2010, p. 576)

É cabível, ainda, recurso a uma das Câmaras de Julgamento do CRPS, em havendo ofensa ou infração da lei, regulamento, enunciado ou ato normativo ministerial. Nesta hipótese, o procedimento será o mesmo. (VIANNA, 2010, p. 576)

Se o benefício ou contribuinte ingressar com processo judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo, importará na renúncia ao direito de recorrer a desistência do recurso interposto na via administrativa. (VIANNA, 2010, p. 576)

2.3.2.2 Processo judicial

2.3.2.2.1 Ação previdenciária

Em face do princípio estabelecido no artigo 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal, não é imposta pelo legislador a exaustão da via administrativa. Aliás, a desnecessidade de esgotar-se a via administrativa é matéria pacífica na jurisprudência do STJ. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 74)

Contudo, recentemente tem-se observado que alguns juízes e tribunais têm adotado uma postura favorável ao pedido prévio administrativo, inclusive, em alguns casos,

indeferindo a ação sem julgamento do mérito quando ausente tal pedido antecedente. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 74)

Parece conveniente que o beneficiário procure ver satisfeita sua pretensão junto ao órgão previdenciário (INSS). Este precedente coloca-se, contudo, oportuno, posto que pode solucionar conflito sem necessidade de pedir auxílio à complexidade da malha judiciária. (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 74)

A capacidade postulatória (ou *jus postulandi*) sobre quem a reúne na ação previdenciária não está expressamente descrita na Lei nº 8.213/91. Por isso, quando estiver ausente norma expressa, deve ser aplicado o Código Processual Civil, subsidiariamente. A capacidade postulatória é, portanto, na ação previdenciária, do advogado. (CASTRO; LAZARRI, 2010, p. 777)

2.3.2.2.2 O Ministério Público na ação previdenciária

Não é demais lembrar que a atuação do Ministério Público é no âmbito judicial. Na esfera administrativa, o Promotor de Justiça não intervém. (IBRAHIM, 2010, p. 752)

Dessa maneira, evidentemente, o Ministério Público atuará sempre nas ações previdenciárias no âmbito judicial, sobretudo como *custus legis* (fiscal da lei). (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 74)

É, portanto, indiscutível a participação do Ministério Público na via judicial, pois que este tipo de ação trata de matéria de interesse público, demonstrado através da natureza da lide ou qualidade da parte (artigos 81 e 82, inciso III, do Código Processual Civil). Sua intervenção é obrigatória, impondo-se como corolário a respectiva intimação sob pena de nulidade (artigo 84 do Código Processual Civil). (BACHUR; AIELLO, 2009, p. 74)

2.3.2.2.3 O INSS e a justiça trabalhista

Como se sabe, as ações judiciais referentes a benefício previdenciário são propostas na Justiça Federal (ou, na sua falta, na Justiça Comum Estadual). Entretanto, quando alguém “entra” na Justiça Trabalhista para reconhecimento de vínculo empregatício, por exemplo, o INSS atuará como terceiro interessado. Isso porque, no exemplo, estarão envolvidas as contribuições previdenciárias devidas e

não recolhidas pelo empregador (na hipótese de ser reconhecido o vínculo empregatício). Assim, nesse caso, será facultada à União a interposição de recursos referentes às contribuições previdenciárias e demais tributos que lhe forem devidos. (IBRAHIM, 2010, p. 759 e 760)

2.3.3 Orientações uniformes dos tribunais

Segue abaixo algumas decisões reiteradas dos Tribunais Regionais Federais para melhor elucidação do tema abordado no presente trabalho.

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – I – Para o cálculo dos benefícios concedidos após a Constituição Federal de 1988 deve-se observar a média dos 36 últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, pela variação do INPC, nos termos da Lei nº 8.213/91 e índices posteriores, condicionada a incidência dos efeitos da supracitada Lei a partir de junho/92. - Para os benefícios derivados como a aposentadoria por invalidez decorrente de um auxílio-doença ou a própria aposentadoria por invalidez e, ainda, a pensão decorrente de uma aposentadoria, aplica-se também a correção dos 36 últimos salários-de-contribuição. Na redação original da Lei nº 8.213/91, em seu artigo 44, a renda mensal inicial consistia em 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento). Todavia, a Lei 9.032/95 alterou o respectivo artigo, determinando que a renda mensal inicial passasse a corresponder a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, levando-se em consideração sempre a data inicial do benefício. – Com a edição da Lei nº 9.876, de 26/11/99, que regulamentou a EC nº 20, de 15/12/98, os salários-de-benefício deverão ser calculados com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período de contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário, nos casos de aposentarias por idade e por tempo de contribuição (inciso I, do art. 29, da Lei nº 8.213/91) e sem a constante multiplicação, nos casos das aposentadorias por invalidez e especial, bem como auxílios doença e acidente (inciso II, do art. 29, da Lei nº 8.213/91). – A lei nº 10.403 de 8 de janeiro de 2002, que veio acrescentar à Lei nº 8.213/91 o artigo 29-A, determinou para os benefícios concedidos sob sua égide, que o INSS utilize para fins de cálculo do salário-de-benefício as informações Sociais – CNIS, sobre as remunerações dos segurados. II – Aplica-se o artigo 58 do ADCT aos benefícios mantidos em 05/10/1989 até a regulamentação dos planos de custeio e benefícios, o que ocorrera em 09/12/1991 com os Decretos nºs 356 e 357 que regulamentaram a Lei nº 8.213/91. – Inexiste direito adquirido à perene vinculação ao salário mínimo, cessada a vigência do artigo 58 do ADCT, diante da regulamentação da Lei 8.213/91, diploma legal que passou a disciplinar o modo de reajuste dos benefícios previdenciários. – No que concerne ao divisor a ser utilizado para a obtenção da quantidade de salários mínimos o texto do artigo 58 do ADCT é taxativo estabelecendo que o divisor é o salário mínimo vigente no mês da concessão. III – Inexiste direito adquirido a qualquer critério de reajuste que não o estabelecido pela Lei nº 8.213/91 e as que lhe sucederam, o que não ofende a garantia de preservação e irredutibilidade do valor real dos benefícios. IV – Arcará a parte autora com os honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atribuído à causa. A execução da condenação nos ônus da sucumbência

fica suspensa por ser a mesma beneficiária da Justiça gratuita. V – Apelação do INSS provida. (TRF 3ª R. – AC 295291 – (95.03.103925-8) – 7ª T. – Rel. Desc. Fed. Walter do Amaral – DJU 14.07.2004 – p. 162)

PROCESSO CIVIL E PROVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTARIA POR IDADE. CARÊNCIA. ANOTAÇÕES EM CTPS. 1. O registro em carteira de trabalho constitui prova material, e não simples início de prova. 2. O desconto e o recolhimento das contribuições previdenciárias do trabalhador empregado é de responsabilidade exclusiva do empregador, cujo cumprimento deve ser fiscalizado pelo INSS. Não pode o segurado ser penalizado no que tange à obtenção de benefício previdenciário pelo fato de a empresa ter deixado de cumprir a obrigação legal de recolher as contribuições devidas em época própria. 3. Presentes os requisitos legais, é devido o benefício de auxílio-doença (art. 59 da Lei nº 8.213/91). 4. Reexame necessário desprovido. (Origem: TRIBUNAL – TERCEIRA REGIÃO; Classe: REOMS – REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA = 300401; Processo: 200661830032682 UF: SP Órgão Julgador: DÉCIMA TURMA; Data da decisão: 11/03/2008; Documento: TRF300148997; Fonte DJU de 02/04/2008; PÁGINA: 763; Relator Juiz Jediel Galvão).

PREVIDENCIÁRIO – RENDA MENSAL INICIAL – CÁLCULO – CRITÉRIOS – DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO – SEGUNDO GRUPO – ATUALIZAÇÃO DOS TRINTA E SEIS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO – DIFERENÇAS DEVIDAS SOMENTE A PARTIR DE JUNHO DE 1992 – LIMITE TETO – INAPLICABILIDADE – CORREÇÃO MONETÁRIA – SÚMULA 148 DO STJ – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – JULGAMENTO ULTRA PETITA – REDUÇÃO DE OFÍCIO - 1. A fórmula utilizada para se determinar o valor da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários importa observar a data em que teve início o benefício, consoante classificação desta Turma firmada no julgamento da AC 93.01.23829/MG, aplicando-se a legislação vigente ao tempo de sua concessão. 2. É devida a atualização monetária dos 36 (trinta e seis) salários-de-contribuição do benefício incluído no 2º grupo (benefícios iniciados entre 05.10.1988 e 05.04.1991), que se rege pelo disposto no artigo 144 da Lei nº 8.213/91, independentemente do valor teto (art. 202, caput, CF/88), devidas as diferenças a partir de junho de 1992. 3. É ultra petita a sentença que extrapola os limites traçados na inicial, no que diz respeito à vinculação do benefício ao salário mínimo e revisão pelos índices a ele aplicáveis, de forma a estabelecer correlação com o salário-de-contribuição, uma vez que isso não constituiu objeto do pedido, devendo ser reduzida, de ofício. Precedente da Corte. 4. Cancelada a Súmula 13 desta Corte (Revisão da Jurisprudência Compendiada em Súmula na AC 92.01.10357-3/MG, 1ª Seção do TRF 1ª Região, Rel. Juiz Aloísio Palmeira Lima), fica afastado o critério de correção pela Súmula 71 do TFR, quanto aos débitos relativos a benefícios previdenciários, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei nº 6.899/81 devendo ser adotado o mecanismo previsto nas Súmulas 148 e 43 do STJ. 5. Em ações previdenciárias esta Turma entende razoável a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 6. Apelação provida, em parte. Sentença reduzida, de ofício, aos limites traçados na inicial. (TRF 1ª R. – AC 01520325 – MG – 1ªT. – Rel. Des. Fed. José Amílcar Machado – DJU 25.11.2001 – p. 85)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. RENDA MENSAL INICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. ART. 144 DA LEI N. 8.213/91. COEFICIENTE. REAJUSTES. 1. Na forma do art. 21, 3º do Decreto n. 8.213/91, redação original, no cálculo da aposentadoria por invalidez, precedida de benefício por incapacidade, entende-se por salário-de-contribuição o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal do auxílio-doença, reajustado nas

mesmas épocas e bases dos benefícios em geral. 2. Porque aposentadoria com data de início em 1º de abril de 1991, incide a revisão prevista no art. 144 da Lei n. 8.213/91, com restrição financeira, ou seja, diferenças havidas somente a partir da competência de junho de 1992. 3. A conversão dos benefícios previdenciários em URV, em março de 1994, obedece às disposições do artigo 20, incisos I e II, da Lei 8.880/94 – MP n. 434/94. 4. O IRSM de fevereiro de 1994 – operou-se em primeiro de março a conversão dos benefícios previdenciários em URV, segundo o art. 20, I e II da Lei n. 8.880/94, não se implementando o lapso temporal necessário à aquisição do direito ao reajustamento. 5. Apelação do INSS e reexame necessário parcialmente providos. Apelação do autor desprovida (Origem: TRIBUNAL – TERCEIRA REGIÃO; Classe: AC – APELAÇÃO CÍVEL – 438528; Processo: 98030763237; UF: SP; Órgão Julgador: TURMA SUPLEMENTAR DA TERCEIRA SEÇÃO; Data da decisão: 25/09/2007; Documento: TRF300132383; Relator: Juiz Vanderlei Costenaro; fonte: DJU de 10/10/2007 PÁGINA: 755).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. L. 8.213/91, ARTS. 52, 53 E 57. ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO. PROVA. RECONHECIMENTO. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. Comprovado o tempo de serviço prestado com anotação na carteira profissional e ficha de registro de empregado, reconhece-se o tempo de serviço urbano para averbação e certificação. O tempo de serviço prestado sob condições especiais poderá ser convertido em tempo de atividade comum, independente da época trabalhada (D. 3.048/99, art. 70, 2º). Considera-se especial o período trabalhado com atividades expostas à umidade e agente biológicos, nos termos do D. 53.831/64, item 1.3.2 e 1.1.3, e D. 83.080/79, item 1.3.4. Comprovado o exercício de mais de 35 anos de serviço, se homem e 30 anos, se mulher concede-se a aposentadoria por tempo de serviço na forma integral. Preliminar rejeitada. Remessa oficial e apelação da autarquia desprovida. Apelação da parte autora parcialmente provida. (Origem: TRIBUNAL – TERCEIRA REGIÃO; Classe: AC – APELAÇÃO CÍVEL – 1249187; Processo: 200261050049523 UF: SP Órgão Julgador: DÉCIMA TURMA; Data da decisão: 12/02/2008; Documento TRF 3001144096; Fonte DJU de 27/02/2008; PÁGINA: 1578; Relator Juiz Castro Guerra).

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. DECLARATÓRIA. ATIVIDADE ESPECIAL. RETIFICADOR. RUIDO. LAUDO TÉCNICO. PROVA EMPRESTADA. AÇÃO PROCEDENTE. 1. Considerando o período em que a atividade do autor foi desempenhada, descabe fixar restrições à conversão da atividade especial em comum por obra de legislação vindoura. Note-se que o autor não pretende a concessão da aposentadoria especial; mas, diante da falta do formulário SB-40, deseja a declaração judicial de sua natureza especial com a declaração do tempo comum convertido. 2. A qualificação da atividade como especial do autor não decorre de qualquer categoria profissional tida como especial, pois em sua carteira profissional, o registro indica a atividade na condição de auxiliar (fl.09) e de retificador (fl.10). Portanto, desinfluyente para o deslinde da questão o fato de sua atividade não se enquadrar como profissão insalubre, perigosa ou penosa nos anexos previdenciários. O que importa verificar é se, em razão do agente agressivo ruído, há sempre a necessidade de realização de laudo técnico, que ateste o montante do ruído e a efetiva exposição ao mesmo (vide precedente desta Corte, da lavra da 9ª Turma, Rel. Juiz André Nekatschalow, Proc. n. 2001.03.99.046744-4-SP, DJU 21/08/03, p. 294). Não havendo qualquer laudo técnico, nada impede o aproveitamento do laudo elaborado em favor de empregado paradigma, complementado por outros elementos de prova. 4. Não há dúvidas de que atualmente ainda é

plenamente possível a conversão de tempo de natureza especial. O artigo 201, 1º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passou a exigir a definição das atividades exercidas sob condições especiais mediante lei complementar, com a ressalva contida no art. 15 da referida EC nº 20/98, no sentido de que os artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213/91 mantêm a sua vigência até que seja publicada a lei complementar exigida. Assim, dúvidas não há quanto à plena vigência, do artigo 57, 5º, da Lei nº 8.213/91, no tocante à possibilidade da conversão do tempo trabalhado em condições especiais em tempo de serviço comum. 5. As testemunhas confirmam o desempenho do mister do autor principalmente no setor de retíficas (fl. 37, verso; 40, verso; 43, verso). Note-se que as testemunhas compromissadas. Sem contraditas, e com depoimentos colhidos sob o crivo do contraditório, não deixam dúvidas sobre a atividade do autor na referida empresa, no setor de retífica, o que vai ao encontro com a anotação em FTSP de que a atividade do autor era de retificador. 6. O laudo emprestado (fl. 19) esclarece as atividades no setor de retífica e os valores de agente agressivo ruído: no mínimo 81 dB (A) e no máximo 106 dB (A) (fl. 20). O nível de tolerância ao ruído é de 80 dB (A) até 05.03.1997 (inclusive), uma vez que os Decretos n. 53.831/64 e 83.080/79 vigoram de forma simultânea, conforme artigo 292 do Decreto nº 611/92, não havendo revogação daquela legislação por esta, de forma que, verificando-se divergência entre as duas normas, deverá prevalecer aquela mais favorável ao segurado. 7. E o fato de os laudos não serem contemporâneos e relativos a outro empregado não impede a consideração da natureza especial da atividade, se eles tomaram por base avaliações realizadas no local de trabalho, considerando as condições em que o paradigma exercia seu mister. A prova testemunhal, no caso, permite o aproveitamento do aludido laudo para a identificação do agente agressivo ruído, atendendo, assim, a exigência de necessidade de laudo técnico. 8. Quanto ao uso de Equipamento de Proteção Individual (ainda que fosse fornecido à época), é pacífico o entendimento da jurisprudência de que o uso do EPI não descaracteriza a nocividade causada ao ser humano, não sendo motivo para se afastar a conversão do tempo de serviço para trabalho especial, quando não houver prova da neutralização por completo da insalubridade para o trabalhador. 9. Portanto, procedente a pretensão, a r. sentença é de ser mantida. A verba honorária foi fixada consoante o disposto no artigo 20, 4º, do CPC, considerando a ausência de condenação em pecúnia. A autarquia é isenta de custas, sendo correta a assertiva da r. sentença de que tem a obrigação de reembolsar as custas desembolsadas pela parte vencedora. No caso, na prática, isenta a parte vencedora (fl. 05), nada há a reembolsar. 10. Apelação da autarquia desprovida. Sentença Mantida. (Origem: TRIBUNAL – TERCEIRA REGIÃO; Classe: AC – APELAÇÃO CÍVEL – 605559; Processo: 200003990383025; UF: SP; Órgão Julgador: TURMA SUPLEMENTAR DA TERCEIRA SEÇÃO; Data da decisão: 25/03/2008 Documento: TRF300149088; Fonte DJU de 02/04/2008 PÁGINA: 790; Relator Juiz Alexandre Sormani).

3 CONCLUSÃO

A seguridade social consiste numa rede protetiva formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de estabelecer ações para o sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão mínimo de vida digna.

Contudo, a Previdência Social é o seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência. Visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados.

Assim, a previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. A mesma serve para substituir a renda do segurado-contribuinte, quando da perda de sua capacidade de trabalho.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio acidente; serviço social e reabilitação profissional.

Ao longo de toda a sua evolução histórica e legislativa, a previdência social sofreu inúmeras mudanças legislativas. Entretanto, tem hoje como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis n.º 8.212/91 e n.º 8.213/91, o Decreto n.º 3.048/99 entre outras.

Devido às alterações legislativas, erros de cálculo e de aplicação de índices de correção, o INSS acabou por cometer injustiças e ilegalidades no cálculo da renda inicial dos aposentados e pensionistas do INSS que durante muitos anos contribuíram com a intenção de receber valores dignos por ocasião da inatividade.

Portanto, existe várias possibilidades legais do aposentado ou pensionista revisar os valores de seus vencimentos, dependendo de cada caso, tipo de benefício, data do início do mesmo, entre outros.

Como exemplo, podemos citar quando o INSS não computa corretamente o tempo ou os salários de contribuição gerando a utilização de índices equivocados no cálculo do valor do benefício, podendo trazer graves prejuízos ao segurado.

Em muitas situações, o INSS segue o Decreto 3.048 de 6 de maio de 1999, e não a Lei 8.213, de 24 de Julho de 1991, que é a lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Ocorre que lei é sempre superior a decreto, pois o significado de decreto é justamente regulamentar e pormenorizar a lei. Se levar a discussão à Justiça, o requerente será favorecido pelo entendimento do Judiciário.

Outro exemplo que evidencia esses erros em cálculos de benefícios por incapacidade é o caso das aposentadorias anteriores a julho de 1994, cujo cálculo era feito com base na média aritmética dos últimos 36 salários. Após novembro de 1999, o INSS começou a aplicar a média aritmética simples de todas as maiores remunerações, ou seja, passou a ponderar todo o período contributivo do qual escolhe 80% maiores salários para o cálculo das aposentadorias, desprezando os 20% menores salários. Ocorre que desde 2005 o INSS vinha aplicando a fórmula de cálculo de maneira errada nos cálculos de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte (de segurado não aposentado) e auxílio-reclusão, o que ocorreu até a edição do Decreto 6.939, de 18 de agosto de 2009. Esse decreto veio restabelecer a forma correta de cálculo no caso do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, em seu art.4.º, in verbis:

Art. 4º. Nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, o salário-de-benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994 até a data do início do benefício.

Tal procedimento, ora corrigido, gerou uma enxurrada de processos revisionais, sendo que grande parte dos segurados com tal direito sequer tem conhecimento de tal hipótese de revisão de seus proventos. E, há também segurados vão em busca de ajuda especializada e encontram profissionais despreparados.

Para obter o reconhecimento do direito à revisão dessas aposentadorias calculadas de forma equivocada, o INSS concedeu dez anos para que a pessoa busque o seu direito. Mas é precipitado estabelecer esse prazo. Quando a revisão gira em torno de interpretação equivocada da lei, o prazo decadencial (de dez anos) só deveria contar quando houvesse decisão definitiva. Ou seja, apenas a partir do momento em que o INSS reconhecesse que estava errado, ou, ainda, quando fosse dada a última palavra sobre o assunto pelos Tribunais Superiores, é que deveria começar a contar o prazo para ingressarem com seus pedidos de revisão de suas aposentadorias.

O pedido de revisão pode ser feito administrativamente e Judicialmente. A revisão administrativa pode ser requerida pelo próprio segurado perante a Previdência Social, quando este constatar alguma irregularidade em seu benefício. Porém, dificilmente a Previdência Social venha a lhe conceder, devendo, neste caso, o segurado pleitear judicialmente.

A revisão judicial deve ser requerida pelo segurado, representado por advogado regularmente constituído, o qual irá expor de forma clara ao juiz competente as razões pela qual o benefício deve ser revisado.

Para se propor a revisão judicial de algum benefício previdenciário não há necessidade de se ter primeiro o requerimento negado administrativamente, podendo-se, tão logo seja constatada alguma irregularidade no benefício pleiteá-lo judicialmente.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Hermes Arrais. **Benefícios previdenciários**. 2. Ed. rev. e atual. Com obediência às leis especiais e gerais. São Paulo: Liv. E Ed. Universitária de Direito, 2006.
- ALMANSA PASTOR, Jose Manuel. **Derecho de la Seguridad Social**. 2. Ed. Madrid: Ed. Tecnos, 1977.
- ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. **Seguridade social**. Jus Navigandi, Teresina: 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9311>>. Acesso em: 20/12/2010.
- BACHUR, Tiago Faggioni; AIELLO, Maria Lucia. **Teoria e prática do direito previdenciário: incluindo modelos de cálculo previdenciário**. 2. Ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2009.
- BALERA, Wagner (Coord.). **Previdência Social Comentada – Lei nº 8.212 e Lei nº 8.213/91**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 12. Ed. rev. e atual. Conforme a legislação em vigor até Janeiro/2010. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- CLAUDINI, Andréa. **Revisão de benefícios e cálculos previdenciários**. Leme – SP: Mundo Jurídico, 2009.
- DAIBERT, Jéferson. **Direito Previdenciário e Acidentário do Trabalho Urbano**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- DARTORA, Cleci Maria; FOLMANN, Melissa. **Direito Previdenciário – Temas atuais**. Curitiba: Juruá, 2006.
- HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 2. Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2002.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 14. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. Ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAZARRI, João Batista de et al. **Prática Processual Previdenciária – Administrativa e Judicial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- LÜCKMANN, Luiz Carlos; ROVER, Ardinete; VARGAS, Marisa. **Diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos**. 3. Ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2009.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. **A seguridade social na Constituição Federal**. 2. Ed., São Paulo: LTR, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário, tomo III: direito previdenciário procedimental**. São Paulo: LTr, 1998.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário, tomo I: noções de direito previdenciário**. 2. Ed. São Paulo: LTr, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário, tomo IV: previdência complementar**. 2. Ed. São Paulo: LTr, 2002.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Novas contribuições na seguridade social: entidades de fins filantrópicos**. São Paulo: Ltr, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. São Paulo: Atlas, 19. Ed., 2003.

NAVARRO, Ana. **Erros do INSS nas aposentadorias: Segurados podem solicitar revisões de benefícios**. INEJA:2010. Disponível em: http://www.guiadigital.info/index.php?not=1&pesq_not=1&mostra=10171. Acesso em: 28/12/2010.

PASOLD, César Luiz. **Prática da pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito**. 7. Ed. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002.

PULINO, Daniel. **A aposentadoria por invalidez no direito positivo brasileiro**. São Paulo: LTr, 2001.

ROCHA, Daniel Machado. **O Direito Fundamental à Previdência Social na Perspectiva dos Princípios Constitucionais Diretivos do Sistema Previdenciário Brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

RUPRECHT, Alfredo J. **Direito da Seguridade Social**. Trad. Edílson A. Cunha. São Paulo: LTr, 1996.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Previdência Social**. Rio de Janeiro: Forense. 1978.

SABÓIA, Maximiliano Silveira. **Prática de Revisão de Aposentadoria e Pensão**. 5. Ed. Santa Cruz da Conceição – SP: Vale do Mogi, 2008.

VENTURI, Augusto. **Los fundamentos científicos de la seguridad social**. Colección Seguridad Social, n°12. Madrid: Ministerio do Trabajo y Seguridad Social, 1994.